



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 156

**FORÇAS ARMADAS, GEOPOLÍTICA E AMAZÔNIA**

**Catherine Prost**

**Belém, Dezembro de 2000**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 156

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# FORÇAS ARMADAS, GEOPOLÍTICA E AMAZÔNIA.

---

Catherine Prost<sup>1</sup>

## **Resumo:**

As forças armadas brasileiras, especialmente o Exército, se destacam pela forte ligação com a geopolítica, ilustrada pela criação de uma verdadeira escola geopolítica nacional, mas igualmente pela aplicação das teorias tanto por governos civis como militares. As forças armadas desempenharam importante papel, não na fase de expansão territorial, mas sim na manutenção da unidade e integridade territorial. A guerra do Paraguai constitui um marco a partir do qual as forças armadas vão se tornar potentes no cenário político nacional, privilegiando a atuação interna de integração nacional. O regime militar entre 1964 e 1985 representa o ápice da influência da geopolítica no país, incluindo um severo controle da população e uma ambiciosa política de ocupação e de exploração econômica da Amazônia, cujo saldo revela muitos resultados opostos aos objetivos anunciados. De volta aos quartéis, os militares passam por um período difícil de “crise existencial” no que se refere à organização, orçamento e missões. Para superar esta situação, o discurso militar se moderniza, dando ênfase à proteção da Amazônia; vários projetos são propostos em nome das novas preocupações: as atividades ilícitas e a proteção ambiental.

**Palavras-chave:** Exército. Geo-história. Geopolítica da Amazônia. SIVAM/SIPAM.

## **Abstract:**

The Brazilian army distinguishes itself through the strong relation with geopolitics, genuine national school whose theory have been executed by several governments and whose intern objective has been privileged. The military power between 1964 and 1985 implemented an ambitious policy of occupation and economic exploitation of the Amazon region, the outcome of which is mitigated. Nowadays, to overcome the financial and political difficult period following 1985, military proposed projects in the Amazon region in the guise of new concerns: illegal activity and environmental protection.

**Keywords:** Army. Geohistory. Geopolitics of Amazon region. SIVAM/SIPAM.

---

<sup>1</sup> Doutora em geopolítica.

## Introdução

A relação entre forças armadas e geopolíticas foi bastante intensa no Brasil, mas não seria o caso de toda força armada? Afinal, forças armadas são instituições cuja razão de ser é fundamentalmente geopolítica por serem as guardiãs da nação, do Estado e do território nacional, e por serem as ferramentas de uma conquista territorial. No entanto, o interesse de tal tema para minha pesquisa de doutorado defendida em janeiro de 1999 está em parte ligado à escassez geral de estudo geopolítico sobre forças armadas. Se estudos com enfoque estratégico ou sociológico encontram-se com mais frequência, a análise geopolítica é bem mais rara. Mas além dessa consideração geral, o caso brasileiro apresenta várias singularidades que mereciam ser destacadas. Uma delas é o paradoxo aparente existindo entre o tamanho relativamente modesto das forças armadas brasileiras em relação à superfície do território nacional e ao seu peso geopolítico de envergadura. Este peso se distingue no seio da América latina, não só pela criação da mais importante escola geopolítica nacional, como também pela aplicação das teorias formuladas por governos civis e, principalmente, pelo regime militar entre 1964 e 1985. Contrastando com a predominância da geoestratégia geralmente observada nas doutrinas militares, no Brasil as preocupações de ordem interna absorveram a maior parte das reflexões geopolíticas elaboradas nos círculos militares, criando o que foi chamado décadas mais tarde a geopolítica interna, na qual a Amazônia ocupou um lugar especial.

De quando data esse envolvimento acentuado dos militares na geopolítica interna? Para responder, é necessário indagar a relação histórica entre a instituição e um dos seus principais objetos de missão, o território nacional. O território inicial da colônia portuguesa na América foi estendido consideravelmente desde o Tratado de Madri (1494) que delimitou os limites dos domínios português e espanhol com a linha de Tordesilhas. No entanto, o exame desse período mostra o papel secundário do Exército na vasta construção territorial, obra de geopolítica externa por excelência. A análise histórica do Brasil merece destaque pela evolução política diferente do resto da América Latina: enquanto a América hispânica se desmembrava em vários Estados após conflitos armados, o Brasil tornou-se progressiva e pacificamente independente, conservando sua unidade e integridade territorial. As conseqüências políticas foram radicalmente diferentes nos dois casos, entre elas, o nascimento mais tardio de uma nação e de um Exército nacional no Brasil. O Exército precisou da aura atribuída à vitória contra um inimigo exterior (Paraguai, 1865-70) para começar sua ascensão política. No início do século, o contexto de paz durável com os Estados vizinhos e de debate nacional sobre o território nacional encoraja os militares a se dedicar à geopolítica na mesma época que era iniciado estudos na Alemanha. Bem que a geopolítica seja rejeitada pelos meios civis pela sua conotação nazista durante décadas, os militares brasileiros negaram qualquer ligação com o a política expansionista de Hitler ao formularem uma geopolítica genuinamente nacional. O clímax da influência geopolítica dos generais nas políticas públicas ocorreu sem surpresa durante o regime militar, o qual impulsionou uma ambiciosa política de ocupação e exploração econômica da Amazônia.

Em 1985, a “volta aos quartéis” se inseria num contexto de volta generalizada à democracia na América do sul. Hoje quais são as relações entre a nação brasileira e os militares e o papel destes nas políticas públicas? As forças armadas saíram desgastadas de vinte anos de regime militar e tiveram que limitar suas ambições financeiras. Contudo, a fraqueza da base parlamentar dos chefes de Estado levou vários dentre eles a apoiar-se sobre a cúpula militar para assentar sua autoridade, permitindo a manutenção de uma margem de autonomia política das forças armadas nos bastidores da vida política nacional. Progressivamente, o Executivo está retomando o controle do seu braço armado. Sob os mandatos de FHC, os estados maiores tiveram, por exemplo, que ceder diante a vontade presidencial de criar um ministério único da defesa. Esse gesto é revelador do debate nacional tratando das missões a atribuir às forças armadas e das reformas conseqüentes na sua organização. Perante esse debate e a falta de verbas, as diferentes forças armadas propõem projetos, tentando justificar sua existência e importância. Os militares defendem uma nova prioridade, a defesa da Amazônia, cuja representação de vulnerabilidade é doravante compartilhada pela sociedade. No entanto, a definição de uma política de defesa e do papel dos militares é uma tarefa crucial para o país, peça importante num continente cuja democracia ainda é frágil; por outro lado, o futuro da Amazônia é um assunto que merece maior participação da sociedade civil e não pode ser deixada às únicas perspectiva militar.

## **I As forças armadas brasileiras hoje, organização e questionamentos.**

### *1) Organização geográfica*

Ao contrário de numerosos Estados latino-americanos depois do fim das ditaduras militares, as forças armadas brasileiras mantiveram seus efetivos (295.000 militares e 1.115.000 reservistas). Sua organização geográfica nos informa sobre as prioridades geopolíticas das forças armadas. Esse estudo deve ser completado pela nova política de defesa adotada sob o mandato de FHC e os projetos recentes propostos pelas diferentes forças singulares. A organização geográfica do Exército é mais expressiva do que a da Marinha e da Aeronáutica por abranger dois terços dos efetivos militares das três forças<sup>2</sup> e ser a força que garante a presença em todo o território.

Os distritos navais da Marinha, menos numerosos do que os comandos da força terrestre são mais concentrados no litoral uma vez que a defesa contra uma armada estrangeira se faz a princípio a partir da costa atlântica. Quanto a Aeronáutica criada na ocasião da segunda guerra mundial em 1941, ela não se compromete em assegurar a defesa do território nacional através de uma presença física, graças a um raio de ação no espaço e no tempo superior ao das outras forças singulares. A Força Aérea Brasileira (FAB) se distingue, no entanto, da Marinha por ter dois comandos aéreos na Amazônia, traduzindo a importância dada a essa região. Desde os primórdios da aviação nos anos 1930, a Aeronáutica teve efetivamente uma história particular na região amazônica, já que a aviação foi e continua sendo o meio de comunicação mais prático para atingir populações isoladas e em áreas

---

<sup>2</sup> O Exército agrupa cerca de 200.000 homens contra 50.000 para cada uma das duas outras forças singulares.

remotas dos grandes centros urbanos, detendo uma vantagem comparativa em relação às condições de deslocamento da Marinha e do Exército.

Apesar da dificuldade de acesso a informações completas sobre a distribuição geográfica do Exército, o exame dos dois mapas referentes revela duas características: uma dispersão em todo o território nacional e uma concentração nítida na fronteira sul.

A primeira característica revela a importância dada pelos generais de um Exército que controla a totalidade do território; no caso brasileiro, os objetivos estratégicos são complementados pelo objetivo de controlar a população.

A concentração no sul nos informa sobre a prioridade geopolítica que prevaleceu até recentemente quanto à fronteira sul, isto é a defesa para com a Argentina. A concentração de cerca de 40% das tropas até os anos 1990 no sul do país traduz uma longa rivalidade nascida na época colonial para o controle do Rio da Prata, e prolongada até o fim do século XX para o domínio geopolítico sobre o continente sul-americano. A concentração é visível não só pelo número de quartéis implantados no Rio Grande do Sul, mas também na origem geográfica dos oficiais superiores e generais. O Estado mais meridional do Brasil se destaca por uma história militar peculiarmente intensiva em relação ao resto do território, favorecendo a emergência de líderes militares entre os gaúchos. Voltarei sobre essa particularidade no capítulo de geohistória.

## 2) *Crise existencial das forças armadas*

As forças armadas atravessam um período de transição depois de devolver o poder aos civis. Os generais não foram depostos, mas sim planejaram uma longa transição, mantendo dessa forma uma margem de autonomia política dentro do Estado. No entanto, eles se defrontam com uma medíocre situação financeira e material, a doutrina militar deve ser revista, e por conseqüente, as missões devem ser redefinidas. Setores civis questionam o tamanho e a utilidade das forças armadas e levantam a questão da responsabilidade das mesmas na repressão política do regime de 1964.

Existe um paradoxo entre o tamanho relativamente pequeno do Exército brasileiro e sua profunda influência geopolítica. Esta observação pode parecer estranha no Brasil, mas ela se justifica para um público europeu ao qual estava destinada minha tese de doutorado. Com efeito, o Brasil possui o mesmo efetivo que a França antes da profissionalização com 300.000 homens para uma população três vezes maior e um território quinze vezes maior. Vários fatores explicam essa tamanha diferença. O Brasil conhece um clima de paz por mais de um século e suas fronteiras não são ameaçadas, enquanto a França batalhou durante séculos contra demais potências européias. O Brasil também não compartilha o *rang* francês das nações que dispõem de um assento permanente no conselho de segurança da ONU, implicando uma ambiciosa política de defesa – no caso francês, a política de dissuasão nuclear – capaz inclusive de fornecer batalhões em forças internacionais de intervenção ou de manutenção da paz. Enfim, na época de volta à democracia no continente, outros Estados latino-americanos – entre eles o rival histórico argentino - diminuiram seus efetivos militares

e para-militares e/ou extinguiram a conscrição para o serviço militar; mas o governo brasileiro manteve os efetivos das forças armadas, alimentando as críticas dos que censuravam-nas pelas violações de direitos humanos durante o regime militar. A força que seria realmente atingida por tal medida seria o Exército com seus 125.000 conscritos<sup>3</sup>. A cúpula do Exército rechaça as críticas sobre o seu tamanho e se recusa a seguir o movimento de redução dos efetivos militares latino-americanos incentivado pelo governo americano. O percentual de militares na população de 0,20% é praticamente constante desde a instauração do serviço obrigatório e situa-se entre os mais baixos no mundo. A conscrição é necessária pela larga presença militar que ela permite no território e pelo seu papel de “cimento” da nação, mobilizando, contudo, uma pequena fração de homens em idade de servir. Além disso, o argumento financeiro entra em conta, já que um Exército profissional, mesmo reduzido, implicaria despesas de pessoal superiores por causa de salários superiores aos saldos dos conscritos. Enfim, certos detratores do Exército traçam um paralelo entre tamanho das forças armadas e peso geopolítico, mas um estudo de Stepan (1971) demonstra a ausência de correlação entre tamanho do Exército e intervenções políticas. A despolitização do Exército é mais condicionada à definição clara de suas missões por parte da sociedade e a uma boa situação financeira e material, ... o que não é o caso no Brasil.

Com efeito, as forças armadas brasileiras passaram por um período muito difícil ao sair do regime militar: orçamento baixo e equipamento e armamento sucateado. Se o orçamento militar brasileiro é o mais alto dos Estados sul-americanos, em percentagem do PIB a classificação baixa muito. Em 1991, as despesas militares representavam 0,4% do PIB nacional, colocando o Brasil em 156º posição mundial atrás da Argentina e até do Peru. A partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a situação melhorou com 6,7 bilhões de dólares arrecadados, ou seja, 1,6% do PIB. Com o projeto SIVAM/SIPAM, o orçamento de 1998 aumentou ainda com 15,4 bilhões de dólares, não compensando porém a diminuição regular iniciada há 50 anos<sup>4</sup>.

Pode parecer estranho observar esta situação depois de vinte anos de regime militar. O intervencionismo estatal crescente e a deterioração da situação econômica e financeira nacional explicam o fenômeno. A diminuição das despesas militares foi acelerada a partir do choque do petróleo de 1973 diante da crise financeira do Estado que então reagiu, incentivando a produção e as exportações de material militar, conseguindo notáveis sucessos comerciais. Mas outros acontecimentos iam abalar o complexo industrial-militar brasileiro. Ao acabar a guerra entre Irã e Iraque, este país, principal cliente do Brasil, conheceu dificuldades de pagamento. Além disso, o fim da guerra fria acirrou a concorrência no mercado de armamentos. Enfim, a séria crise econômica dos anos 1980 não permitiu ao Estado investir mais nas forças armadas. Durante o regime militar, estas podiam ainda compensar a austeridade financeira através da “química administrativa” interna<sup>5</sup> e de

---

<sup>3</sup> contra cerca de 7.000 para as duas outras forças reunidas.

<sup>4</sup> Em 1950, o orçamento militar representava 2,5% do PIB ; foi diminuído pela metade nos anos 1970.

<sup>5</sup> Consistia em desviar os mecanismos oficiais por artifícios dissimulando transferências de gastos de uma rubrica para outra.

orçamentos secretos votados sem que o Congresso saiba de quanto e para o que se tratava; não é mais o caso atualmente.

A crise financeira tem efeitos diretos sobre os militares uma vez que as despesas de pessoal representam a maior parte do orçamento. Os saldos militares sofreram uma sensível diminuição, tanto mais mal ressentida que foi acompanhada de uma perda de prestígio, ilustrada inclusive pelos pedidos de reconhecimento de vítimas dos serviços de repressão da ditadura ou de julgamento de oficiais responsáveis por violações de direitos humanos. O fato é que aumenta o número de militares que acumulam carreira militar com um segundo emprego ou estudam de noite para se preparar a ingressar o mercado de trabalho civil, em vistas à melhoria do nível de vida. A perda de prestígio é ilustrada também na procura de um emprego após transferência para a reserva. Hoje, não é mais considerado bem visto e útil abranger um militar no conselho de administração de grandes empresas, como foi o caso de muitos generais durante o regime autoritário. Enfim, apesar da queda do poder aquisitivo dos militares seguir a evolução média do país, ela representou um contraste após a promulgação da Constituição de 1988 que outorgou aumentos salariais aos servidores do Legislativo e do Judiciário bem superiores aos concedidos aos servidores do Executivo do qual dependem as forças armadas. Essa soma de fatores fornece as raízes dos vários episódios de descontentamentos que aconteceram nos quartéis desde a volta da democracia, todas contidas pela hierarquia e certas vezes apaziguadas pela presidência através de recursos financeiros ou materiais, mas sem reverter à tendência à erosão orçamentária militar até os mandatos de FHC.

Do ponto de vista dos equipamentos e armamentos, o estado de sucata das forças armadas é ilustrado por exemplos de vários tipos: aviões da Aeronáutica parados no chão por falta de peças de reposição, acidentes aéreos ou o porta-aviões Minas Gerais desprovido de aviões (!). O Exército deve se profissionalizar se pretende participar de forças internacionais de manutenção da paz em vistas a adquirir maior reconhecimento político do Brasil nas instituições internacionais. Nos anos de chumbo entre 1964 e 1985, o Exército desviou-se de suas tarefas estritamente profissionais e não procurou modernizar-se com regularidade. A luta contra o “inimigo interno”, comunista, não necessitava de um material militar pesado, mas sim policial e de informação. O Exército só voltou a efetuar uma fase de modernização nos anos 1990. As duas outras forças armadas estão também se modernizando, mas de acordo com os limites financeiros. É de esperar que a criação de um ministério único da defesa favoreça uma melhor integração das três forças, e por conseqüente, um melhor aproveitamento dos recursos.

A crise financeira é agravada por uma crise “existencial” das forças armadas. Críticas fuçam sobre o tamanho demasiado das forças armadas e do orçamento militar e sobre o despreparo militar brasileiro em caso de agressões estrangeiras sobre o território ou para fornecer companhias de combate para forças internacionais. Uns se pronunciam a favor de um Exército profissional para baixar os efetivos e as despesas militares e melhor preparar a instituição para o seu principal dever, a defesa contra um inimigo estrangeiro; outros questionam o papel do Exército tendo em vista a extrema fraqueza de ameaça estrangeira sobre o território e propõem o cumprimento de tarefas

extraprofissionais como serviços sociais, obras de infra-estrutura ou missões de natureza policial. Estas tarefas já fazem parte do cotidiano dos quartéis, tanto é que são chamadas de tarefas complementares, omitindo dessa forma a deriva das funções militares. Diante das enormes carências do país, muitas delas são geralmente bem aceitas pela população, tais como, ligações aéreas de populações isoladas na Amazônia, cursos para crianças carentes, apoio logístico em caso de catástrofe natural, construção de infra-estrutura. Porém, certas vozes como o coronel Cavagnari, professor do Núcleo de estudos estratégicos da Unicamp, lembram que esta não é a função constitucional das forças armadas. Segundo Cavagnari, o questionamento da eficácia profissional das forças armadas não deve levar a afastá-las mais ainda de suas prerrogativas constitucionais. Mais preocupante ainda, é a demanda crescente da população para o envolvimento do Exército em operações de manutenção da ordem pública que cabem constitucionalmente à polícia. No contexto de violência crescente nos grandes centros e metrópoles, a população se posiciona a favor da mobilização militar para tentar controlar a situação como já aconteceu duas vezes no Rio de Janeiro em 1995 e 1996. Comparado à polícia militar, famosa por suas violações de direitos humanos, especialmente nos bairros pobres das cidades, o Exército aparece como uma organização íntegra. Pensa-se também nas forças armadas para combater as atividades ilícitas, tal como o narcotráfico na Amazônia. Mas essa demanda acarreta vários riscos: ela fortalece uma tradição brasileira de privilegiar “os argumentos da força” à “força dos argumentos” (cf. Moraes, 1987) alimentada por chamadas regulares do Exército pela elite ou o poder que enfraquecem a já frágil democracia. É essencial preservar a particularidade da polícia e das forças armadas uma vez que, grosseiramente, as segundas são treinadas para abater inimigo em campo de batalha enquanto a primeira o é para garantir a ordem pública. Uma mobilização militar contra o narcotráfico só se justificaria<sup>6</sup> se a evolução do fenômeno colocasse em risco o Estado de direito sobre parte do território e as instituições nacionais, e sob uma forma de apoio logístico às ações que competem à polícia. Além disso, a própria cúpula militar deseja evitar tal tipo de mobilização uma vez que o contato com narcotraficantes, no Rio ou na fronteira amazônica, pode esvanecer uma qualidade cuja polícia não goza mais aos olhos da opinião pública, a honestidade.

Quais são as posições das forças armadas nesse debate e de que modo elas se expressam? Os militares, salvo os conscritos, têm direito de voto e podem escolher a carreira política se desistirem da carreira militar – limite estabelecido pelo presidente Castelo Branco – de forma a preservar os quartéis da política partidária. Os militares são também submetidos a um direito de reserva sobre os assuntos militares e políticos. Essa limitação é comum em escala mundial devido à natureza coercitiva das forças armadas, no entanto Oliveira (1987) salienta a flexibilidade dessa regra em função de motivos políticos. Em função da sua popularidade, um general que se pronuncia sem autorização pode ser demitido, pedir sua transferência para a reserva, mas também escapar da sanção prevista no regulamento. De modo geral, contudo, os críticos mais veementes são os oficiais da reserva, para quem uma das plataformas mais famosas de expressão é o Clube Militar, criado no final do século

---

<sup>6</sup> A evolução do problema do narcotráfico na Colômbia mostra que a solução militar não é procedente e deveria deixar espaço para uma solução política.

XIX. Até o regime de 1964, as eleições do presidente do Clube eram tão seguidas pela imprensa do que as eleições para presidente da república, e os debates acontecendo no Clube e na sociedade se influenciavam mutuamente. Após um período de restrição da liberdade de expressão durante o regime militar – clássico do autoritarismo-, o Clube Militar se tornou de novo uma plataforma de reivindicações militares através da voz dos reservistas das três forças. No entanto, à diferença da primeira metade do século XX, os militares de pijama não amedrontam mais a sociedade civil.

Os militares da ativa respeitam, geralmente, as regras de expressão. Mas apesar dos limites formais e da crise existencial pela qual passaram, eles conseguiram manter uma certa autonomia dentro do Estado graças a uma transição para a democracia excepcionalmente longa, iniciada em 1974 com a política de abertura do presidente-general Geisel. Seu sucessor, o general Figueiredo, prolongou essa fase até a eleição de Tancredo Neves. O falecimento do popular presidente mostrou com mais clareza a condição da aceitação de sua candidatura pelo último governo militar: ter um vice-presidente que não desagrade à cúpula militar na pessoa de José Sarney, ex-membro da Arena. Foram, portanto, 14 anos de transição até uma nova eleição direta para presidente, permitindo aos estados-maiores controlarem sua saída da frente da cena política.

Dentre as precauções tomadas antes da devolução do poder e até da volta ao multipartismo, a anistia política votada em 1979 beneficiou as vítimas da repressão política, mas igualmente os executores da repressão. Alguns anos após a volta da democracia, setores civis retomam a questão das vítimas não reconhecidas pelo regime militar e apontam a impunidade dos responsáveis. Após o reconhecimento de uma lista não exaustiva de vítimas e em nome da anistia, o Estado brasileiro se recusa a voltar sobre esse assunto. O número de vítimas foi incomparavelmente mais baixo do que na Argentina vizinha onde os protestos atingiram graus bem mais elevados, alcançando o julgamento de chefes militares. Ainda nos dias de hoje, as revelações sobre a Operação Condor de troca de informações entre serviços de inteligência e repressão das ditaduras latino-americanas parecem não atingir o Brasil. A falta de cobrança política por parte da sociedade civil conforta a autonomia militar.

Um exemplo dessa autonomia é a adoção autoritária e quase secreta do projeto Calha Norte pelo governo Sarney. Oliveira (1987) qualifica de “tutela” a relação entre as forças armadas e o presidente Sarney, caracterizada pela autonomia militar em troca do apoio ao governo. Mas a relação de tutela caracterizou também outros governos desprovidos de um amparo parlamentar suficiente como o governo Collor e o de seu vice que empossou Itamar Franco e cumpriu dois anos de mandato. Sob os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o Estado acrescentou o controle sobre seu braço armado. A criação de um ministério único da defesa caminha nessa direção. Porém, a classe política precisava se interessar mais pelos assuntos militares para consolidar o controle das forças armadas. Com efeito, a escolha de um deputado pouco conhecido, Élcio Álvares, no cargo de ministro da defesa deixa pensar que os estados-maiores exerceram uma pressão para evitar a nomeação de um homem político de porte. O que as relações de tutela nos revelam é a preferência dos militares para agir nos bastidores do Estado, diretamente com o Executivo. A atuação legislativa é desdenhada por não ser considerada potente. A candidatura de vários militares nas eleições de 1994 não se concluiu por tantos

sucessos nas urnas, consolidando a tendência a influenciar diretamente a esfera máxima de decisão, o governo da União.

Mas como visto anteriormente, as pressões sobre o Executivo não impediram as forças armadas de passar por um período difícil depois da volta aos quartéis em 1985: situação financeira e material medíocre, perda de prestígio, críticas sobre o papel das forças singulares durante o regime militar, questionamentos sobre a organização e as missões. Quanto a este último ponto, a crise existencial das forças armadas brasileiras pode parecer estranha a um observador de outro país. Efetivamente, em qualquer país que conheça a paz no seu território, as forças armadas se encontram em situação de “sub-emprego”. Como explicar então essa ênfase peculiar no Brasil? Uma retrospectiva histórica nos revela quanto foi importante o peso geopolítico das forças armadas na história nacional. Esta importância se deve principalmente ao papel do Exército na geopolítica interna, e não externa como se pode esperar de tal organização. Proponho, portanto, retratar a relação entre forças armadas e território nacional, desde a construção do território até as teorias geopolíticas de militares sobre integração nacional e projeção internacional.

## **II Papel das forças armadas na construção e unidade do território: envolvimento nas questões internas**

Desde a descoberta do Brasil, o território brasileiro aumentou consideravelmente de superfície. Partindo do suposto que as forças armadas são instituições criadas para defender o território ou para expandi-lo, pareceu procedente estudar o papel do Exército na expansão colonial. O caso brasileiro é interessante porque, à imagem de outros poucos exemplos como os Estados Unidos ou a Sibéria, trata-se de um território mantido unido até hoje. Essa característica distingue a evolução histórica e geográfica do Brasil da evolução paralela da ex-colônia espanhola.

### *1) O Exército secundário em três séculos de construção territorial*

Antes mesmo da descoberta oficial do Brasil, o tratado de Tordesilhas dividia o Novo Mundo entre os dois impérios marítimos da época, Portugal e Espanha. A coroa portuguesa visava antes de tudo, preservar a segurança da rota marítima em direção às Índias. Essa prioridade, aliada à ausência aparente de riquezas naturais no Brasil, deixou a colônia em estado de letargia durante um século. Mas diante do interesse de outras nações européias, as autoridades portuguesas tiveram que investir mais no Brasil.

Uma força militar permanente de 1500 homens foi mandada só em 1625<sup>7</sup> para expulsar os holandeses da costa nordestina, mas uma ocupação mais sólida era necessária para fortalecer o

---

<sup>7</sup> A luta contra a implantação holandesa começou em 1624. A mobilização dos colonos se revelou insuficiente para rechaçar os invasores, mostrando a necessidade do envio de um corpo militar profissional, o que ocorreu no ano seguinte com 1500 homens.

domínio português. O alicerce do desenvolvimento econômico não iria ser extrativista como na colônia espanhola, mas produtivo através do cultivo de cana de açúcar e dos ciclos econômicos secundários, tal como a pecuária que permitiu o avanço da presença portuguesa no interior do Nordeste. No entanto, as autoridades portuguesas tinham como estratégia geopolítica a conquista de terras além-Tordesilhas para enfrentar a concorrência crescente das plantações de cana pelos europeus nas ilhas do Caribe e, sobretudo, para consolidar o domínio português frente à imensidão do domínio espanhol. Destarte, expedições foram incentivadas em duas direções prioritárias, o Amazonas e o Rio da Prata, estabelecidas em razão da acessibilidade ao interior por elas permitida.

O Exército português, pouco numeroso<sup>8</sup>, estava localizado prioritariamente no litoral de forma a combater e dissuadir as tentativas de invasão estrangeira e a assegurar a segurança das rotas marítimas. O braço armado do Estado português precisava então de um auxílio em termos de efetivos para exploração de terras novas diante do contraste entre a demografia portuguesa e a superfície da colônia brasileira. Num contexto de fronteira a colonizar efetivamente e a defender, o clima de violência geral no qual todo homem adulto era armado alterava a importância das forças regulares, Exército e Marinha, que se podia imaginar. Além do contraste social interno ao Exército entre oficiais portugueses e nobres e a tropa luso-brasileira, a violência interna, as más condições de trabalho e os soldos baixos favoreciam a impopularidade dessa instituição junto à população, que se identificava bem mais com as milícias. O serviço nestas não era pago, mas podia-se beneficiar de vantagens jurídicas, sociais, e ter perspectivas de enriquecimento nos casos de explorações pioneiras. De fato, os colonos foram os verdadeiros construtores do território nacional. Toda expedição devia receber autorização prévia do governador, de modo a oficializar toda obra de desbravamento, e era consolidada pela construção de fortes e fortalezas pelo Exército.

A motivação primeira das expedições dos colonos foi à busca de indígenas para servir de mão-de-obra. Rapidamente, esse motivo foi proibido devido à aliança do rei português com o papa no intuito de cristianizar os indígenas, concretizados por uma divisão oficial da Amazônia entre ordens cristãs. A procura de indígenas não parou para tanto e acarretou conflitos entre colonos e religiosos. Durante a união dos dois reinos ibéricos sob a coroa espanhola entre 1580 e 1640, colonos e soldados portugueses foram solicitados pelo rei a defender a costa das Guianas e a desembocadura do rio Amazonas. Belém, fundada ao redor de seu forte construído em 1616, se tornou o ponto de partida das expedições. Em 1621, a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará traduz a necessidade de defesa da região além da busca de um equilíbrio com as províncias litorâneas do Estado do Brasil. Entre 1637 e 1639, a expedição liderada por Pedro Teixeira subindo o rio Amazonas até Quito foi o cristizador da separação entre as duas coroas, o que acelerou as frentes pioneiras, tanto mais que a aliança com a Grã-Bretanha evitava uma mobilização contra a potente armada inglesa com a qual se defrontava o Exército espanhol da América. A partir da segunda metade do século XVII, as missões religiosas se tornaram fundamentais pelo papel de pacificação das tribos indígenas que auxiliaram no controle da

---

<sup>8</sup> Os efetivos evoluíram entre 5.000 no século XVII e 30.000 na véspera da independência em 1822.

região. O Exército construiu fortes em pontos estratégicos. Dessa forma e sem dispor de altos efetivos, a colonização brasileira foi efetivada sobre uma área imensa. O reconhecimento internacional beneficiou do amparo da diplomacia.

O tratado de Madri assinado em 1750 reconheceu a soberania brasileira sobre a quase totalidade da superfície atual do Brasil. O embaixador Alexandre de Gusmão inovou com dois princípios: conflitos entre as metrópoles não deviam envolver as colônias, caracterizando a autonomia das últimas. O diplomata fundou-se também num princípio do direito romano, o *utis possidetis de facto* (e não *de jure*), segundo o qual a terra pertence a quem a ocupa. O tratado atualizou, portanto, a realidade no campo. Uma série de fatores geográficos determinou a aceitação do tratado pela parte espanhola: a colônia espanhola era demasiada vasta para poder controlá-la eficientemente, importantes riquezas minerais já tinham sido descobertas na vertente Pacífico do continente e a cordilheira andina representava um obstáculo cuja superação precisaria de fortes motivações, o que não oferecia a Amazônia à primeira vista. Em seguida ao tratado de Madri, o período pombalino foi marcado pela vontade de modernizar a agricultura na Amazônia e por expedições científicas no intuito de conhecer as potencialidades regionais.

Posteriormente, a diplomacia recorreu de novo ao princípio do *utis possidetis* para justificar a soberania sobre novas conquistas, como no caso do território do Acre, invadido por seringueiros nordestinos, contrariando conseqüentemente o governo boliviano. Apesar das autoridades brasileiras enviarem a princípio um batalhão para evacuar os seringueiros nordestinos, elas acabaram apoiando-os diante da insistência deles. Em 1903, o tratado de Teresópolis reconhecia o território do Acre como brasileiro<sup>9</sup>, o *utis possidetis* legitimando mais um avanço efetivo dos brasileiros no continente. Esse episódio lembra a conquista do Texas pelos Estados Unidos, no qual a determinação dos colonos foi imprescindível para apoio efetivo e armado do governo em vistas a uma conquista definitiva<sup>10</sup>.

A próxima frente pioneira ia ser o Rio da Prata. No entanto, essa região apresenta muitas diferenças com a Amazônia. A margem sul do Rio da Prata era ocupada por colonos da atual Argentina e Uruguai, que defenderam sua província com toda força, cientes do pouco respeito das autoridades portuguesas com tratados internacionais.

No atual Rio Grande do Sul, guerras freqüentes criaram um contexto de violência constante, dando lugar a uma sociedade gaúcha específica no conjunto brasileiro. Sem entrar mais em detalhes no processo de conquista da região meridional, vale destacar a importância de suas atividades guerreiras em todas as esferas da vida. Os caudilhos locais foram mais influentes e poderosos do que no resto do país. Precisou da transferência maciça de tropas da Bahia para o Sul na ocasião da transferência da capital no Rio de Janeiro (1763) para que os oficiais do Exército regulamentem e controlem as milícias privadas. As qualificações equestres, ausentes entre os militares portugueses, levaram também a uma

---

<sup>9</sup> A Bolívia teve que ceder 189.000 km<sup>2</sup> contra uma compensação financeira de 2 bilhões de dólares (e de 110 bilhões para a empresa Bolivian Syndicate), e a construção da via de ferro Madeira-Mamoré.

<sup>10</sup> O Estado americano acabou atacando o México.

incorporação mais precoce do que nas outras regiões dos gaúchos no oficialato do Exército. Apesar da criação do Uruguai (1828), a rivalidade entre as duas potências do cone sul continuou viva e se transformou em luta para a hegemonia geopolítica na região. A maioria das tropas ficou estacionada na fronteira sul até a declaração de Assunción criando o Mercosul. A concentração de quartéis no Rio Grande do Sul fez desse Estado um “viveiro” de oficiais do Exército.

Essa região se distingue, portanto, por uma história militar bem mais conturbada do que na Amazônia, criando uma sociedade específica pela sua violência cotidiana e seu papel na defesa do território. Se o Exército exerceu um papel mais importante no sul do que na Amazônia devido às dificuldades de conquista, de modo geral a instituição não respondeu pela abertura de novas terras, mas sim pela consolidação das frentes pioneiras. O verdadeiro trabalho de expansão territorial foi realizado pelos colonos, entre eles os famosos bandeirantes. Em contrapartida, o Exército exerceu um papel crucial na manutenção da unidade e integridade territorial, se distinguindo destarte de seu homólogo espanhol.

## *2) A tardia ascensão do Exército no império independente*

À diferença expressa com a colônia hispânica que se fragmentou em várias repúblicas após guerras civis entre defensores e adversários da emancipação política, o território da colônia portuguesa ficou unido, apesar do Estado do Grão-Pará e Maranhão aderir à independência anos mais tarde que o Brasil. Vários fatores explicam a diferença de evolução política entre as duas colônias da América. A organização espanhola em vice-reinos induziu uma gestão mais descentralizada, permitindo o aumento dos particularismos locais, e, portanto, a diferenciação entre divisões administrativas. Os colonos hispânicos se qualificaram de “crioulos” em oposição aos ibéricos e promoveram um orgulho que não se encontrava no Brasil onde as elites continuavam mais ligadas a Portugal.

Quando a península ibérica sofreu a invasão pelas tropas avassaladoras de Napoleão, o rei espanhol foi preso pelo imperador francês, contribuindo para sua perda de prestígio para com seus súditos enquanto Dom João VI organizou sua vinda ao Brasil, em 1808, com 1500 pessoas da corte e do aparelho burocrático. Assim o rei preparava paradoxalmente as bases da futura independência do Brasil, transformado em vice-reino de Portugal e Brasil. A vinda do rei intensificou as atenções voltadas para a conquista do sul e acelerou a modernização administrativa, militar e econômica. A aliança com a Inglaterra foi compensada pela abertura dos portos ao comércio internacional, encerrando o pacto colonial<sup>11</sup>, impulsionando o crescimento econômico do Brasil, e dando consciência às elites locais da autonomia brasileira em relação à metrópole.

Quando em 1820 Dom João VI voltou em Portugal para controlar a revolução liberal, seu filho, Dom Pedro, ficou no Brasil. Bem aconselhado por José Bonifácio, Dom Pedro declarou a independência em 1822. O receio de uma fragmentação territorial à imagem da América hispânica já

---

<sup>11</sup> O pacto colonial estabelecia o monopólio das exportações para Portugal.

tinha-se esboçado nas revoltas ocorridas no precedente século<sup>12</sup> e durante a transição. O processo de emancipação política foi pacífico uma vez que o novo imperador expressava a opinião das elites contra as Cortes portuguesas. Os poucos conflitos que ocorreram não opuseram brasileiros entre si, mas batalhões brasileiros contra portugueses. Através da figura de Dom Pedro, a transição política se fez na continuidade graças a um acordo entre o imperador e as elites civis e militares: as oligarquias regionais apoiaram Dom Pedro I em troca da manutenção do sistema escravista, apesar das pressões ulteriores contrárias da Inglaterra. Os oficiais do Exército também ficaram leais ao imperador. As milícias sendo sob tutela dos presidentes da província. O Exército representava a base mais importante do poder imperial.

O caráter pacífico da transição efetuada pela cúpula da sociedade sem transtornar a ordem social economizou vidas humanas, mas impediu a formação de uma nação, e por conseqüente o nascimento de um Exército verdadeiramente nacional no sentido de representar uma força nacionalmente estruturada e que personifique a defesa da nação. A história mostra muitas vezes uma correlação entre o nascimento da nação e de um Exército nacional, como quando os franceses decidiram combater em 1789 para salvar a Revolução contra os aliados estrangeiros do rei Louis XVI. Essa simultaneidade não aconteceu no caso brasileiro de transição na continuidade.

O Exército brasileiro foi criado em 1824, mas a organização militar do império foi totalmente alterada em 1831. O Exército foi marginalizado pela sua reação contra a criação do Uruguai provocando a queda de Dom Pedro. Além disso, o Exército já tinha cumprido com satisfação sua missão na transição política: o Brasil tinha-se tornado independente sem conflitos maiores e resguardando a integridade territorial dos antigos Estados de Brasil e de Grão-Pará e Maranhão, enquanto as repúblicas hispânicas criadas após guerras civis conheciam décadas de instabilidade política marcada por governos de caudilhos civis ou militares. Portanto, após uma dezena de anos, os donos do poder não precisavam tanto do Exército. Nota-se que desde a independência, o regime não tinha oferecido à instituição as melhores condições de desenvolvimento: as milícias continuavam sob controle dos presidentes de província, o sistema escravocrata requeria homens armados para a vigilância dos trabalhos; ambos fatores dificultavam o recrutamento do Exército. Em 1831, a criação da Guarda Nacional provocou o êxodo dos oficiais do Exército uma vez que novo corpo recrutou todos os nobres. A Guarda Nacional passou a representar a plataforma para a carreira política dos oficiais, antes um dos atributos do Exército.

Durante o império, o Exército foi essencialmente mobilizado para auxiliar as milícias na repressão de revoltas regionais, obtendo papel de destaque na manutenção da ordem interna e do território nacional. Algumas províncias rechaçaram de imediato a autoridade do Rio de Janeiro antes de aderir à independência, tal como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ligado diretamente com a metrópole portuguesa até então. A revolta da Cabanagem, começada em 1835 por motivos sociais, tomou a forma de uma revolta separatista, severamente reprimida pelas tropas do Exército. Precisou

---

<sup>12</sup> Inconfidências do Rio de Janeiro em 1794, da Bahia em 1797 e de Pernambuco em 1817.

esperar 1840 para que a região norte se integrasse definitivamente ao Brasil. Outras revoltas ocorreram<sup>13</sup>; a mais ameaçadora delas sendo a revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul, iniciada em 1835, e que levou dez anos antes de ser reprimida de vez pelas tropas imperiais. O papel que foi atribuído ao Exército foi, portanto, essencialmente interno até o conflito contra o Paraguai.

Em 1865, o Brasil se une à Argentina e ao Uruguai para declarar a guerra ao Paraguai cujo governo reclamava um acesso direto ao oceano<sup>14</sup>. À Guarda Nacional competia a missão de combater o inimigo declarado, mas apesar de beneficiar do apoio material e humano das milícias gaúchas, a Guarda Nacional teve que contar com a mobilização do Exército e da Marinha para vencer a guerra. A dificuldade de vencer o pequeno Estado vizinho explica-se por vários motivos: o país contava com um projeto nacional, uma nação determinada a apoiar seu líder e um Exército dos mais modernos na época. Destarte, o país foi vencido após 5 (cinco) anos de batalhas difíceis.

No Brasil, esse conflito foi de suma importância para o destino do Exército. 140.000 “voluntários da pátria” tiveram que ser recrutados de força (contrastando com a situação no Paraguai), dos quais dezenas de milhares faleceram para conseguir a vitória em 1870. A população ovacionou os militares na sua volta. Receoso dessa recente popularidade, o governo desmobilizou rapidamente os batalhões, reduziu drasticamente o orçamento militar<sup>15</sup> e atribuiu a glória principalmente à Marinha, pelo seu peso político secundário, sem perigo para o Império. O Exército, isolado, se estruturou em torno de valores peculiares, se sentindo acima de qualquer classificação social e desenvolvendo o “*esprit de corps*”. Os oficiais se autodenominaram “únicos defensores da nação” contra um inimigo externo e “apóstolos do civismo e do patriotismo”, destacando a ineficiência da Guarda Nacional em cumprir sua missão de defesa do território. O conflito em si não representou uma virada transformando o Exército brasileiro em Exército verdadeiramente nacional, mas desencadeou uma série de conseqüências. Os oficiais se negaram a permanecer marginalizados e passaram a expressar-se sobre os assuntos militares e políticos. As manifestações mais claras ocorreram em dois eventos políticos de peso: a abolição da escravidão e a queda do império.

A abolição foi objeto de intensos debates na sociedade apesar de um número reduzido de mão de obra ainda escrava. O caráter político do pacto colonial sustentado no apoio das oligarquias ao império contra a manutenção da escravidão explica a força dos argumentos trocados em prol ou contra esse sistema. Em 1887, os oficiais decidem por vários motivos suspender a missão de perseguição dos escravos foragidos, atribuída pelas autoridades. A abolição servia os interesses de um Exército procurando se democratizar através da democratização da sociedade. Uma das causas da dificuldade de vencer o Paraguai alguns anos antes tinha sido a falta de um corpo de reserva, à diferença dos

---

<sup>13</sup> Balaiada (MA) em 1841, revoltas em São Paulo e Minas Gerais em 1842, revolta dos Farrapos (RS) entre 1835 et 45, revolução Praieira (PER) em 1849.

<sup>14</sup> Na realidade, o governo inglês encorajou a Tríplice Aliança a barrar o avanço do modelo de desenvolvimento endógeno paraguaio.

<sup>15</sup> Em 1889, o Exército tinha os mesmos efetivos do que em 1831, isto é cerca de 13.000 homens. O orçamento militar, contando 40 % do orçamento nacional em 1850, diminuiu até alcançar menos de 20 % em 1872, dois anos após o fim da guerra contra o Paraguai. in FAORO, 1975, p.474.

Estados hispânicos que tinham abolido a escravidão na época das independências. Além disso, o Exército tinha todo interesse em revalorizar seu estatuto social. Isso passaria pelo reconhecimento do trabalho em geral numa sociedade tradicionalmente elitista, dividida entre os trabalhadores e quem vive de rendas<sup>16</sup>. A concentração militar no Rio Grande do Sul favoreceu essa decisão por ser povoada por uma população predominantemente europeia de camponeses familiares que praticamente não usava mão de obra escrava. O Exército sendo o principal amparo armado do império, este não conseguiu sobreviver à decisão da instituição. Um ano mais tarde, a princesa Isabel assinava a abolição, reforçando o sentimento dos militares de pertencerem a uma instituição forte. A assinatura equivalia à morte do regime na qual o Exército ia desempenhar um papel central.

Com efeito, a sociedade estava dividida entre partidários do império e republicanos. O Rio Grande do Sul contava entre os Estados mais reivindicativos sobre o tema da República. A concentração de efetivos militares ali ajudou a difundir nacionalmente as teorias republicanas no seio do Exército. A cúpula do Exército deixou de amparar o trono, pois o imperador, apesar de representar a unidade do país, expressava os interesses das oligarquias regionais que, dirigindo as milícias de província, eram geralmente adversárias do Exército. Nesse contexto surge a chamada questão militar: a transferência de um oficial pelas suas declarações sobre a política de defesa desencadeou uma vigorosa reação da instituição em nome da teoria do “soldado-cidadão”. O Clube Militar criado em 1887 institucionalizou a nova força política do Exército: doravante, todas as grandes decisões políticas se tomavam após ter ouvido a esfera militar. Os generais apoiaram o partido republicano em troca de colocar um militar na presidência de forma a minimizar os riscos de fragmentação territorial. O período imperial foi encerrado em 1889, praticamente sem conflito armado. Dois marechais ocuparam a cúpula do Estado durante cinco anos antes de devolver o poder aos civis. Esse tipo de intervenção direta na vida política, na qual um militar assume o comando da nação antes de devolver o poder, foi chamado de papel moderador em referência ao arbítrio do imperador entre os partidos liberais e conservador e ocorreu posteriormente várias vezes.

Com essa participação na queda do império, o Exército surgira definitivamente como a primeira força militar no país. Essa posição foi reforçada com a repressão da reação monárquica da Marinha em 1893, estabelecendo de maneira clara a divisão das tarefas entre as duas forças: à Marinha caberia a defesa do litoral e das águas continentais, ao Exército cabia a defesa de todo o país, com o controle conseqüente sobre a população e a influência geopolítica interna decorrente. O Exército beneficiou de um aumento do orçamento (até 50%) e dos efetivos (até 25.000 homens). Antes de deixar o governo, a hierarquia do Exército cuidou de garantir uma margem de manobra política na Carta Magna de 1891.

*“as forças armadas – Marinha e Exército – são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas na base da hierarquia e da disciplina, sob autoridade suprema do presidente da república e nos limites da lei”.*

---

<sup>16</sup> Para um estudo mais aprofundado, ler KAMPANN, 1991.

Assim sendo, as forças armadas aparecem como instituições peculiares pela especificidade do caráter explicitamente permanente. Elas se posicionam sob autoridade do presidente e não do Executivo ou do governo; os termos “limites da lei” significariam a limitação da atuação política das forças armadas, mas de fato foram interpretados como base de sua autonomia política.

É de se observar que a participação do Exército nestes dois eventos políticos maiores rompe com a imagem tradicionalmente conservadora das forças armadas. Esses episódios deram segurança à cúpula da força terrestre que consolidou sua atenção prioritária para com assuntos internos. Mais dois fatores vão fortalecer a auto-representação do Exército como corpo capaz de dirigir os negócios nacionais, conseqüentes da guerra da Tríplice aliança: a modernização e profissionalização do Exército e a instauração do serviço militar obrigatório.

A vitória contra o Paraguai trouxe honra ao Exército, mas na realidade o saldo do conflito foi péssimo: os deslocamentos foram muito lentos, o preço em vidas humanas foi muito elevado. Destarte, discussões internas ao Exército eclodiram entre velhos generais e jovens oficiais sobre a utilidade de modernizar e profissionalizar a instituição. Os generais recebiam profissionalização porque poderia questionar severamente as estratégias decididas por eles durante o conflito. Por sua vez, os jovens oficiais queriam melhorar o desempenho do Exército, acelerar o ritmo de promoção e privilegiar os critérios técnicos em vez dos critérios políticos de apadrinhamento. A repressão de revoltas regionais após a guerra contra o Paraguai demonstrou mais uma vez a falta de competência: para liquidar Canudos, o Exército precisou mobilizar quase todos seus efetivos nacionais (13.000 homens sobre 13.500 no total). Os jovens oficiais foram influenciados pela filosofia positivista de Augusto Comte, pregando a formação de um Estado centralizador e iluminado, e a evolução da sociedade através do progresso e da técnica.

Um primeiro grupo, criado desde 1906, montou em 1913 a revista *Defesa nacional* em vistas a pregar a visão prussiana do Exército. Com efeito, o Exército prussiano foi escolhido, não só pelo fato de figurar como o mais potente da época, mas também pela sua larga visão da técnica – extraprofissional –, outorgando-o papel relevante nos assuntos internos. Na mesma época, a mobilização do Exército para reprimir revoltas regionais (Canudos, Contestado, Coluna Prestes) fortalecia o sentimento de responsabilidade no destino do país. Com uma formação mais profissional, os oficiais imaginavam ser preparados para resolver os problemas nacionais. Oficiais foram mandados para a Alemanha para aperfeiçoar sua formação. Após a primeira guerra mundial, a Alemanha, derrotada, perdeu prestígio e um segundo grupo de jovens oficiais conseguiu a vinda ao Brasil de uma missão militar francesa em 1920. Além das mudanças na estrutura organizacional (grandes unidades de combate, criação de um estado-maior), a missão francesa salientou, fundamentada na sua experiência nas colônias, perspectivas de integração, de desenvolvimento regional e de defesa territorial do Exército. Ela ampliou a predisposição de Vargas pelo autoritarismo e influenciou ainda os projetos de integração e de interiorização do governo Kubitschek e do regime de 1964.

Dada a importância crescente do Exército na vida política, um debate foi iniciado em torno do serviço militar obrigatório. Esses debates tratavam da ligação entre serviço militar e politização do

Exército e eram ligados à questão da nação brasileira discutida por intelectuais<sup>17</sup>. O propósito de consolidar a nação era crucial para os militares por consolidar a instituição: integração de novos imigrantes, nação mais coesa se identificando a um projeto nacional (o exemplo da nação paraguaia apoiando seu líder mostrou a capacidade de resistência de um pequeno Estado). O serviço foi finalmente adotado em 1916, provocando a rápida extinção da Guarda Nacional. Os efetivos aumentaram rapidamente até 50.000 homens, consagrando o Exército como a primeira organização armada nacional. Os oficiais se consideraram definitivamente os “apóstolos do civismo e do patriotismo” pela formação de gerações de brasileiros. Em 1917, as polícias militares e os bombeiros se tornavam oficialmente corpos auxiliares e de reserva do Exército, oferecendo a este uma posição radicalmente dominante em relação à Marinha.

A guerra contra o Paraguai constituiu, portanto, uma virada na história do Exército pelas conseqüências ocorridas: papel ativo na abolição da escravidão, na instauração da república, na repressão da reação monárquica da Marinha e na decisão de modernizar e profissionalizar a instituição com ajuda de missões dos melhores Exércitos. A adoção do serviço militar obrigatório traduziu o fim da longa marginalização política do Exército. Por outro lado, após a guerra contra o Paraguai, o país conheceu paz nas fronteiras e fracas probabilidades de ameaças quanto a sua soberania no seu território. Em nome de sua formação técnica, do nacionalismo e do progresso, os oficiais se sentiam não só capazes, mas sim no dever de intervir nos assuntos políticos e econômicos nacionais.

### **III Um Exército politicamente potente e voltado para os assuntos internos**

*1) A geopolítica, uma escola teórica em favor de um Estado forte e desenvolvido que influenciou governos civis.*

No início do século XX, o Exército se posiciona como a organização militar central e gozando de peso político em escala nacional. Vários fatores encorajaram seu interesse para os assuntos internos: uma enorme expansão territorial relativamente sem muitos conflitos armados contra os Espanhóis<sup>18</sup>, salvo no sul, graças a ação conjunta da diplomacia e das forças armadas, mobilizações principalmente internas de repressão de revoltas regionais garantindo a unidade territorial, fraca probabilidade de ameaças externas, influência do positivismo e das missões estrangeiras quanto a um Estado forte, e por extensão, quanto a um papel extra-profissional do Exército devido à formação técnica de seus membros.

---

<sup>17</sup> Os autoritários Oliveira Viana e Alberto Torres se opunham ao defensor do serviço de conscrição, o poeta Olavo Bilac.

<sup>18</sup> Essa observação é específica à confrontação com os colonos crioulos da América espanhola; a chegada dos Portugueses no Brasil foi seguida de dizimação dos indígenas por guerras, escravidão, mortes por doenças tais como gripes e missionarização que contribuiu à redução de desculturação dos grupos autóctones.

Na época, acontece um debate na sociedade brasileira sobre o território; paralelamente os militares começaram estudos geopolíticos, coincidindo com os da escola geopolítica alemã. A simultaneidade pode ter sido favorecida pelos laços efetuados entre Exército brasileiro e alemão no início do século e pela conseqüente proporção de imigrantes alemães instalados no sul do país. Apesar do Instituto de Munique ter sido censurado por Hitler no decorrer do conflito, para o Führer melhor se apoderar das teorias com o intuito de justificar sua política expansionista, a *geopolitik* ficou assimilada ao nazismo e virou um assunto tabu nos meios civis ocidentais até a guerra entre Cambodja e Vietnan no final dos anos 1970. No entanto, os militares brasileiros negaram qualquer ligação com a geopolítica nazista ou até alemã e alegaram construir uma geopolítica nacional.

Apesar da inspiração inicial pelas teorias européias – teoria orgânica do Estado<sup>19</sup> e visão de um Estado forte-, existia de fato uma diferença fundamental no objetivo geopolítico central europeu e brasileiro. Na América latina, não se tratava de expandir o “território vital” com vistas a adquirir reservas de matérias primas para abastecer as necessidades de sociedades em processo de industrialização acelerada, mas sim de integrar os territórios nacionais, sendo que cada um deles abrangia uma parte pouco povoada e explorada. Essa questão se punha mais ainda no Brasil.

Após o período de construção territorial, o território nacional se encontrava imenso e sem ameaça estrangeira iminente. Destarte, o desafio em jogo era o da coesão dessa enorme superfície dividida entre regiões mal articuladas entre elas. A questão da preservação da unidade do território passava pela sua integração efetiva em escala nacional graças à implantação de diversas redes e à unificação do mercado nacional. No campo geoestratégico, a fronteira sul estava pacificada, mas continuava sendo um ponto nevrálgico do território. A disputa por terra foi substituída por uma luta entre Brasil e Argentina para a hegemonia geopolítica no cone sul e no continente, ilustrada pela concentração de quartéis na fronteira sul, mas as teorias geopolíticas salientavam também a necessidade de interiorização do país de forma a usar as potencialidades continentais. O imenso interior, especialmente a Amazônia, deveria ser efetivamente ocupado e explorado para assegurar a soberania brasileira sobre tão vasto espaço, aumentar a capacidade econômica nacional e o peso geopolítico no continente. O princípio do *utis possidetis* poderia ser acionado em detrimento do Brasil no caso da região amazônica.

Destarte, os autores militares brasileiros enfocaram a questão de “vivificar as fronteiras” e de incentivar a interiorização. Backheuser, considerado pioneiro da geopolítica no Brasil, insistiu nesse ponto e propunha uma profunda divisão administrativa nacional em vistas a melhor controlar o território. Entre outros autores, podemos mencionar Cassiano Ricardo, cujas idéias escritas no livro com eloqüente título “Marcha para Oeste” foram identificadas com a política de interiorização do

---

<sup>19</sup> O autor Ratzel, zoólogo de formação, defendia uma visão orgânica do Estado comparando este a um organismo vivo que deve vigiar para conservar seu espaço, ou até expandi-lo para não desaparecer. Sueco mais admirador do Exército alemão, Ratzel procurava justificar a expansão colonial da Alemanha na África, já amplamente dividida entre as outras potências européias. Além disso, a questão dos povos alemães fora da Alemanha não encontrava equivalência na América do sul, uma vez que no novo continente a nacionalidade era transmitida pelo solo e não pelo sangue como na potência germânica.

Estado Novo. Vargas subiu ao poder num contexto agitado tanto econômica quanto politicamente. Com efeito, o presidente assumiu o poder com o apoio da hierarquia militar na revolução de 1930 que encerrou a série de revoltas deslanchadas pelos tenentes nos anos 1920. Os tenentes não só queriam modernizar as relações internas às forças armadas como também na sociedade, dirigida em alternância pelas elites paulistas e mineiras (política dos “fazendeiros”). Os oficiais subalternos entendiam, portanto, também ter voz ativa nas decisões nacionais. Eles entraram na cena política nacional pela esquerda do xadrez político, como seus superiores décadas antes na abolição e na instauração da república. Mas ao contrário das altas patentes, os tenentes questionavam a ordem política elitista não alterada pela república, além de transtornar os fundamentos básicos das forças armadas que são a hierarquia e a disciplina. O acontecimento mais grave nessa ótica foi a formação da coluna Prestes que andou no país entre 1925 e 1927. A coluna foi derrotada sem conseguir um apoio franco da população, mas o tempo necessário para desmantelá-la mostra a dificuldade de neutralizar um grupo guerrilheiro. Luís Carlos Prestes almejava estabelecer um novo regime e afiliou-se ao partido comunista alguns anos depois. Tratou-se da primeira guerrilha de esquerda de peso na América do Sul, o que explica o antigo sentimento anticomunista difuso entre os oficiais brasileiros. Portanto, uma vez no poder, Vargas encarregou seu ministro da guerra de substituir a “política no Exército” pela “política do Exército”, ou seja, restabelecer a disciplina e fazer do Exército o órgão mais influente nas decisões políticas nacionais. A centralização do poder defendida pela geopolítica foi aplicada não só no campo político como econômico.

A tomada do poder por Vargas se explica também pelo contexto da gravíssima crise mundial de 1929. A centralização das políticas se encontrava no campo econômico e no que diz respeito à organização do território. A Constituição de 1934 estabeleceu que, numa faixa de 100 km ao longo das fronteiras terrestres – estendida a 150 km em 1937 -, toda obra ou concessão de terra devia receber o acordo prévio do Conselho superior de Segurança Nacional, altamente militarizado. O chefe de Estado impulsionou a interiorização de diferentes formas: construção planejada de Goiânia, implantação de colônias agrícolas nas regiões mais remotas, criação de cinco Territórios federais (Fernando de Noronha e Amapá, em 1942, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguacu, em 1943, esses dois últimos extintos em 1946) com prioridade clara nas fronteiras nas fronteiras, refletindo a preocupação de controlar todos os pontos do território nacional pelo envio de contingentes do Exército. O estatuto de Território implica a distribuição de recursos da União, que dispõe de toda autonomia para encaminhar obras de planejamento do território. Na Amazônia, os militares, mais especificamente a aviação, já desempenhavam um papel importante de ligação e abastecimento das populações isoladas. O marechal Rondon tinha efetuado no início do século a árdua tarefa de ligar regiões remotas do Centro-Oeste com o telégrafo. Famoso pela sua vontade ferrenha de preservar os indígenas, ele encarava sua missão como de pacificação e de integração progressiva dos indígenas à comunidade nacional. (Nessa ótica ele criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas este órgão foi extinto por Getúlio anos mais tarde).

O governo Vargas evoluiu de uma posição simpatizante do regime nazista, ilustrada inclusive pela instauração do Estado Novo, em 1937, em nome de um complô comunista (montado pelo seu ministro da guerra), a uma aliança com os Estados Unidos contra a promessa de construir uma usina siderúrgica ao acabar o conflito<sup>20</sup>. De volta ao Brasil, os oficiais se deram conta do paradoxo de defender a democracia no exterior e de apoiar o regime autoritário do Estado Novo. Getúlio Vargas foi deposto em 1945; o general Dutra o sucedeu antes da eleição de Juscelino Kubitschek.

Outro autor geopolítico, Travassos, influente nos anos 1940, insistiu na importância de vias de transportes, comparando a força da convergência da bacia platina graças às malhas de comunicação argentinas à bacia amazônica, cujo potencial não era explorado, esboçando pela primeira vez a perspectiva de um Brasil dominando toda a América do Sul.

Mas após a segunda guerra mundial, a principal referência geopolítica brasileira se tornou o general Golbery do Couto e Silva. Ele adaptou a doutrina americana de segurança nacional que enfoca o perigo comunista ao contexto regional. Por sua localização geográfica, sua cultura, sua religião e os laços históricos com os Estados Unidos, o Brasil se encontra naturalmente no bloco ocidental e nessa ótica tem que colaborar no esquema de segurança ocidental: aos Estados Unidos cabia a segurança do hemisfério, aos Estados latino-americanos cabia a segurança interna. O Brasil ocupava um lugar de destaque nesse organograma por ser considerado aliado privilegiado. A participação brasileira no conflito sob comando americano tinha favorecido o estabelecimento de relações especialmente próximas entre estados-maiores, pelo fato do Brasil ter sido o único Estado latino-americano a mandar batalhões combater na segunda guerra mundial ao lado dos americanos.

A doutrina de segurança nacional retomada por Golbery se tornou destarte a principal referência teórica da geopolítica militar do pós-guerra. O binômio segurança e desenvolvimento eram considerados o alicerce da potência de um Estado. O clima de guerra fria em escala mundial já estava anunciado na conferência de Yalta. No Brasil, além dos contatos pessoais da cúpula militar com sua homóloga americana, a prévia experiência de uma guerrilha de esquerda<sup>21</sup> incentivava os militares a compartilhar desconfiança para com os comunistas.

Para melhor articular a exploração das potencialidades geopolíticas e em vistas a evitar o surgimento de grupos de guerrilha na remota Amazônia, campo ideal para treinamento, Golbery prega a divisão do país em várias “penínsulas” articuladas ao redor de um núcleo central e de “inundar de civilização a Hiléia amazônica” a partir do Centro-Oeste através do aumento conjugado de vias de transporte e da ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte.

Durante a fase democrática entre 1945 e 1964, os governos Vargas e Kubitschek mostraram a influência ou ao menos a convergência de suas ações com as idéias geopolíticas. A criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, a transformação do Banco da Borracha

---

<sup>20</sup> A Companhia siderúrgica nacional de Volta Redonda foi construída depois da guerra com os recursos americanos. Em contrapartida, o governo permitiu a utilização pela frota americana das bases aéreas do Nordeste, ponta a mais próxima do continente africano.

em Banco de Crédito da Amazônia e a definição da Amazônia Legal foram os instrumentos usados por Vargas para impulsionar um desenvolvimento sólido da região, de modo a aliviar tensões sociais no Nordeste e servir de reserva de matérias primas para as indústrias do sul e Sudeste. JK tornou, finalmente, irreversível o objetivo de interiorização, com a construção de Brasília no Planalto Central e a estrada ligando a nova capital federal a Belém. Sua ambiciosa política desenvolvimentista de “avançar de cinquenta anos em cinco” ia no sentido das teses geopolíticas dos militares uma vez que a organização do território servia de política: incentivando as migrações no interior, o governo esperava alcançar o objetivo de interiorização, mas também resolver certos problemas sociais das grandes metrópoles e das zonas rurais. Alimentado de slogans ufanistas, o território serviu de justificativa à política de crescimento econômico.

Seguindo a linha de pensamento geopolítico de Golbery, seu discípulo, o general Meira Mattos desenvolveu a idéia de um “destino manifesto” do Brasil: o de se tornar grande potência na virada do século graças às suas inúmeras potencialidades geopolíticas. O general representou a ligação entre os autores enfocando a projeção continental do Brasil, tais como Travassos e Golbery, e os adotando em uma visão mais marítima. Este último aspecto abrange a segurança do litoral brasileiro e a maior exploração dos recursos das águas nacionais e da plataforma continental. O governo Geisel ampliou o limite das águas nacionais de 12 a 200 milhas marinhas, acrescentando uma superfície marinha de 3 bilhões de km<sup>2</sup> aos 8,5 bilhões de km<sup>2</sup> de terras. A continentalidade do Brasil deve também ser consolidada através inclusive do aumento das trocas com os países vizinhos. Áreas de trocas fronteiriças incentivadas pela promoção dos *nudos-colos* de montanha- devem fortalecer o desenvolvimento mútuo dos países. Este conceito representa uma inovação em relação à maioria de teorias geopolíticas visando só o fortalecimento nacional. Na mesma linha de raciocínio, o general sugeriu a promoção de relações mais intensas entre Estados do cone sul, seguindo o movimento de formação de blocos econômicos. A criação do Mercosul em 1991 lhe deu razão. Meira Mattos constitui a última referência de peso na linha de raciocínio geopolítico que prevaleceu durante o regime militar de 1964. Desde a volta da democracia, o cenário político internacional mudou consideravelmente com a queda dos regimes comunistas. A ameaça comunista é considerada caduca, questionando o que foi a principal missão dos militares durante os vinte anos de regime autoritário: a luta contra os subversivos. No entanto, até a volta da democracia, as idéias políticas dos militares eram em parte compartilhadas por civis, e inclusive governos civis que realizaram ações indo no sentido das teorias geopolíticas elaboradas pelos militares. Os governos militares foram evidentemente os que mais colocaram em prática as idéias geopolíticas. A escola geopolítica brasileira se destaca, portanto, no continente por várias razões: ela é a mais aprofundada da América latina e ela não representa só uma escola teórica, mas sim uma aplicação em escala nacional. Neste contexto, a região amazônica foi o teatro das mudanças mais visíveis por ser uma zona até então pouco alterada pela ação antrópica e por representar uma região de interesse geopolítico peculiar.

---

<sup>21</sup> coluna Prestes-Costas.

A doutrina de segurança nacional legitima também a instauração de um Estado forte já que a nação é vista como uma única vontade (in Becker, Egler, 1993); os que discordam são considerados como inimigos da nação uma vez que os conflitos de classe dão lugar a conflitos entre blocos de Estados. A elite dirigente – esclarecida - deve determinar os objetivos nacionais a serem seguidos. A planificação geopolítica, o ensino técnico, interdisciplinar e contínuo dos oficiais os tornam habilitados a dirigir o país com competência, além da probidade e abnegação inerente à natureza militar. Os militares se sentem investidos da importante missão de garantir a segurança do país contra a ameaça comunista velada. Trata-se de uma missão extremamente importante aos olhos da hierarquia já que, segundo a doutrina de segurança nacional, a guerra se torna universal, permanente e total. Não existe mais diferença entre tempo de paz e de guerra, o inimigo interno avança mascarado, a própria noção de fronteira muda de sentido com o conceito de fronteiras ideológicas, ultrapassando o de fronteiras nacionais. Não existe mais frente de combate, mas uma vigilância de todos os setores da sociedade. A estratégia da nação se confunde com a política de segurança nacional e abrange o campo militar, mas também econômico, psicossocial e político.

Para esse vasto e árduo trabalho, os militares precisavam tanto formar seus quadros como compartilhar sua visão com civis. Em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) é criada com a peculiaridade de contar com cerca de um terço de civis entre os alunos. A ESG é obra dos generais febistas<sup>22</sup>, também conhecidos como linha branda ou moderada dentro do Exército, com o auxílio do estado-maior americano, sendo que o primeiro presidente durante doze anos foi o general Vernon Walters, oficial de ligação entre os dois Exércitos durante a segunda guerra mundial. Desse modo, os generais transmitiram sua visão da sociedade e do mundo às elites civis. A Associação dos estudantes da ESG (ADESG) prosseguiu esse trabalho dentro dos Estados em que ela estava implantada, conforme as considerações do autor geopolítico americano McKinder sobre a mentalidade estratégica que deve desenvolver uma nação em torno de seus dirigentes de forma a prever qualquer ameaça externa ou interna.

Essa visão foi transmitida no seio da ESG, verdadeiro núcleo militar de reflexões. O período entre 1945 e 1964 constituiu um parêntese democrático durante o qual os militares só preparavam e afinavam seus argumentos. A geopolítica já tinha influenciado governos civis, como foi o caso do governo Vargas com a centralização acelerada e a política de interiorização marcada, por exemplo, pela construção de Goiânia. O governo Juscelino Kubitschek não pode ser suspeito de comportamento antidemocrático como seu predecessor, mas sua ambiciosa política desenvolvimentista ia no sentido de priorizar o desenvolvimento econômico, uma das duas bases da segurança nacional segundo os militares. O símbolo do mandato de Kubitschek, a nova capital federal situada no Planalto Central, era tema de debates desde o início do século, inclusive entre geógrafos, mas nunca realizado até então. A construção de Brasília ia no sentido da visão geopolítica militar, encorajando a interiorização do país pela centralização geográfica do seu centro político, e paralelamente, tirando os poderes da República

---

<sup>22</sup> Os militares febistas são os veteranos da Força Expedicionária Brasileira mandada na Itália para combater, sob comando americano, as forças do Eixo.

das pressões veementes da rua carioca. O urbanismo da capital foi instrumentalizado para conter e controlar forças sociais adversas ao regime militar. Portanto, as forças armadas e as elites nacionais tinham objetivos comuns de crescimento econômico e de integração nacional.

## 2) *Geopolítica e governo militar*

Em 1964, os militares desencadeiam o golpe contra o presidente Goulart num contexto de intensa tensão social e de polarização política, com o pano de fundo da guerra fria e sua ameaça mais próxima na América latina, o regime socialista de Cuba. Os generais beneficiaram-se do apoio das elites econômicas pelo seu receio da aplicação das reformas de base do presidente, e da classe média pela lassitude dos conflitos sociais crescentes, mas deviam também ao trabalho de articulação no âmbito da ESG (e ADESG), do IPES e do IBAD, estes dois organismos sendo liderados por civis e militares.

O golpe de Estado de 1964 representa a particularidade da geopolítica se tornar doutrina de Estado enquanto esse termo ainda era banido das esferas civis ocidentais. O binômio principal do governo era “segurança e desenvolvimento”, tidos como intimamente associados. Podemos observar que, à diferença dos outros países do cone sul, o esforço de modernização conservadora (cf. Becker, Egler, 1993) já tinha sido iniciado no Brasil desde o primeiro governo Vargas. Destarte, a justificativa do golpe de Estado perpassava mais pelo eixo segurança (contra o comunismo) do que pelo eixo desenvolvimento. Na visão de uma guerra total, o componente militar era visto como um dos elementos da segurança nacional, ao qual tinha que adicionar os componentes econômicos, político e psicossocial. A potência de um país não se fundamentando unicamente pelo número de soldados e de equipamento militar, procurou-se intensificar o processo de industrialização - uma economia potente podendo ser convertida com maior eficiência em economia de guerra -, procurando especialmente desenvolver o setor de ciência e tecnologia. Apesar da divergência oficial dentro do Exército entre “nacionalistas” e “entreguistas”, pólos de desenvolvimento foram planejados alicerçados no modelo do tripé: capital público e privado nacional e capital estrangeiro. O Estado se tornou então planificador na organização do território, empreendedor industrial e maior investidor do país, especialmente em infra-estrutura nas remotas terras do interior amazônico e do Centro-Oeste, em nome da falta de interesse da parte de firmas privadas.

O general Castelo Branco foi escolhido na qualidade de chefe do estado-maior<sup>23</sup> e por ser uma personalidade que representava o acordo das correntes internas às forças armadas que vinham se enfrentado sobre assuntos nacionais desde a fase democrática em debates famosos no seio do Clube Militar (questão do envolvimento na guerra da Coréia, nacionalização do setor petrolífero...). O primeiro presidente militar, legalista até a última hora em que a situação estava se deteriorando demais, aceitou assumir o poder até o final do mandato de Goulart para restabelecer a ordem e a situação econômica, isto é na continuidade do papel moderador, tendo o general Golbery do Couto e

---

<sup>23</sup> Esse cargo se situa no segundo lugar depois do ministro na hierarquia do Exército.

Silva como eminência parda. No entanto, as pressões da linha dura prevaleceram na relação de força com a corrente esguiana e o regime militar foi prolongado durante vinte e um anos.

O segundo presidente militar, o general Costo e Silva, ministro do Exército de Castelo Branco conseguiu se impor graças ao apoio dos jovens oficiais da linha dura. Cada sucessão presidencial representou de fato um momento de crise interna ao Exército onde as correntes disputavam o poder. Após os generais linha dura Costo e Silva e Médici, Ernesto Geisel empossou no lugar previsto para o seu irmão, traduzindo a volta dos moderados na cúpula do Estado – de novo com a influência importante do general Golbery-, podendo assim iniciar uma longa política de abertura em direção à democracia.

No plano da segurança nacional, o território viu a dispersão acentuada das tropas através da operação Amazônia e da vigilância acentuada dos setores considerados mais permeáveis à ideologia comunista. A Argentina continuava sendo o alvo de maior preocupação do Estado brasileiro por ser um rival histórico como o demonstrava a tamanha concentração de quartéis na fronteira sul, considerada uma faixa nevrálgica nos planos de segurança nacional. Desde a criação do Uruguai, os dois países não entraram mais em conflito armado para a soberania do Rio da Prata, no entanto a rivalidade permaneceu ao longo do século XX para o domínio geopolítico no cone sul e na América do sul. Mas sendo a segurança nacional um conceito vasto incluindo desenvolvimento econômico, a superioridade geopolítica brasileira devia ser realizada graças, não só através da vigilância da fronteira meridional, mas sim também pelo aproveitamento das potencialidades geopolíticas nacionais; nesse contexto, a Amazônia ocupava um lugar de destaque.

Pela primeira vez, a região foi tratada no contexto nacional e não só num ponto de vista exclusivamente regional. A ocupação da Amazônia obedecia a vários motivos. Economicamente, a Amazônia representava mais uma região a integrar ao mercado nacional, principalmente pela oferta de recursos naturais, vista, portanto, como uma nova periferia abastecendo o centro, isto é a região Sudeste. Nessa lógica, foi lançado o programa RADAM de levantamento através de radar de forma a melhor conhecer as potencialidades regionais da Amazônia. Econômica e socialmente, a Amazônia serviu também para aliviar as tensões rurais do Nordeste através da indução de fluxos migratórios. Enfim a ocupação e a exploração econômica da região respondiam igualmente a razões de segurança nacional interna e externa: evitar a criação e o desenvolvimento de grupos de guerrilha e ocupar efetivamente esse “deserto” demográfico no intuito de desencorajar eventuais cobiças estrangeiras.

Nos anos 1960, a SPVEA é transformada em SUDAM e a Zona Franca de Manaus é criada em vistas de estabelecer um pólo tecnológico atraindo povoamento e exploração econômica. A planificação de rodovias mostra duas transversais e três longitudinais com objetivo geopolítico de estender a influência brasileira até o oceano Pacífico e o mar do Caribe. O general Meira Mattos tinha discursado sobre a pertinência de formar três pólos de irradiação em Boa Vista (RR), no Acre e em Rondônia. O Tratado de cooperação amazônica foi o instrumento dessa política. A Zona Franca devia servir de núcleo central de onde seriam escoados produtos manufaturados para os Estados através dos pólos projetados, o Brasil fazendo concorrência dessa forma com os Estados vizinhos nas suas

respectivas regiões amazônicas. Mas a ação militar e política sendo insuficiente para consolidar a soberania brasileira sobre o território nacional, o Estado deu um impulso acelerado à política de interiorização iniciada pelo primeiro governo Vargas. Se a conquista da Amazônia na época colonial foi realizada com relativa facilidade contra os Espanhóis em relação ao sul do país, a fraca e desigual densidade demográfica poderia atizar cobiças estrangeiras. A teoria de “vivificação das áreas fronteiriças” de Backheuser, pioneiro da geopolítica no Brasil, foi contemplada à luz do passado da conquista. Até o início do século XX, o Estado brasileiro conseguiu ampliar o território nacional com anexo do Acre em nome de uma real ocupação; esse motivo poderia, portanto, ser usado contra a diplomacia brasileira para legitimar uma invasão estrangeira no território. No entanto, a importância atribuída à ameaça Argentina e a luta pela hegemonia geopolítica no cone sul e na América do Sul impedia uma maior dedicação à região amazônica. A partir de 1964, o regime militar retoma a bandeira das ameaças estrangeiras eventuais sobre a região norte para justificar sua ocupação. A defesa não podendo ser garantida simplesmente através de um deslocamento, mesmo maciço, de tropas, as migrações de populações eram arduamente defendidas. Com a passagem da revolução cubana ao marxismo, o regime militar receava a formação de grupos guerrilheiros na Amazônia. A ameaça anunciada por Ernesto “Che” Guevara de multiplicar os focos de insurreição foi levada a sério pelos estados-maiores. Lembro a dificuldade militar de neutralizar o primeiro movimento armado de esquerda representado pela coluna Prestes-Costa nos anos 1920, reforçando o sentimento anticomunista no seio das forças armadas.

Após os primeiros anos de autoritarismo cujas prioridades eram restabelecer e estabilizar a situação econômica e política, a década de 1970 foi o marco de um ambicioso projeto de desenvolvimento da Amazônia Legal, contrariando o projeto de reforma agrária do presidente Castelo Branco. O primeiro presidente militar tinha criado duas instituições destinadas a resolver os problemas no campo, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), e tinha promulgado o Estatuto da Terra<sup>24</sup>. O Programa de Integração Nacional (PIN) foi lançado em 1970, incluindo projetos de colonização agrícola, com o objetivo de evitar uma reforma agrária contrária aos interesses das oligarquias regionais, nordestinas especialmente, uma das principais bases de amparo do regime através de sua importante representatividade parlamentar. A fusão do IBRA e do INDA em Instituto de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA) revelava a prioridade dada à colonização em detrimento de uma verdadeira reforma agrária: sem alterar a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo nordestino, o governo se comprometia a distribuir uma “terra sem homens para homens sem terra”, servindo da mesma forma a “integrar para não entregar”. Contudo, os planos foram lançados sem uma real planificação global uma vez que enormes vantagens fiscais foram concedidas a empresários sem escrúpulos.

---

<sup>24</sup> A lei previa um imposto progressivo em função do tamanho da propriedade e do uso do solo, de forma a incentivar a efetiva exploração econômica e taxar os latifúndios improdutivos.

A distribuição de terras beneficiou posseiros sem terra do Nordeste que se dirigiram principalmente no Maranhão, Pará e Amapá, e igualmente camponeses do Sul e do Sudeste que se instalaram no Mato Grosso e em Rondônia. O objetivo de fixar o homem no campo se revelou uma fachada, visto o número de lotes distribuídos pelo INCRA e a falta de estruturas agrárias e de acompanhamento técnico e agrônômico para o sucesso das benfeitorias rurais. Esta situação era agravada pela falta original de conhecimento do meio ambiente amazônico pelos colonos, bem diferente do das suas regiões de origem. Os camponeses desmataram, provocando o esgotamento rápido dos solos, sem assegurar sua estabilidade.

A partir de 1974, a conjuntura mudou radicalmente com dois eventos de envergadura: a crise do petróleo sanciona severamente o Brasil que tinha fundado seu crescimento econômico sobre um forte consumo dessa energia, e as conseqüências do modelo de desenvolvimento conservador, isto é, os desequilíbrios regionais e sociais, que se acentuam demasiadamente. O sucesso relativo da candidatura do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, demonstrou um recuo sensível do amparo da sociedade ao regime militar. Na Amazônia, a crise provocou a concentração dos investimentos em empreendimentos industriais e agrícolas em detrimento da colonização por pequenos produtores. As especulações fundiárias por parte das grandes firmas do Sul, Sudeste e estrangeiras foram incentivadas pela política de incentivos fiscais e de crédito na base de que um hectare de terra desmatada valia mais do que um hectare de floresta. Além da degradação ecológica que a política de ocupação “pela pata do boi” acarretou, chegamos à situação paradoxal de alastramento dos conflitos de terra na Amazônia, sem resolver os conflitos existentes no Nordeste. As migrações espontâneas, bem superiores à colonização dirigida, sofreram mais ainda com a falta de acompanhamento para seu sucesso. A chamada “fronteira” agrícola se transformou em fronteira urbana na qual os povoados agrupavam mão de obra barata usada em proveito de grandes empreendimentos. Os grandes projetos incluídos no segundo PND aceleraram as tensões no campo de tal forma que os militares tiveram de cuidar eles próprios de situações explosivas; foi o papel do Getat e do Gebam<sup>25</sup> que delimitaram latifúndios e restabeleceram a ordem interna, mantida pelos homens armados dos fazendeiros numa área semelhante a um *far west*, enquanto o governo entravou os movimentos camponeses com receio da ideologia comunista.

A política de ocupação consolidou efetivamente as fronteiras internacionais que não são mais contestadas, mas isso se fez em detrimento dos equilíbrios geográficos, sociais e políticos nacionais, estendendo problemas de terra na fronteira interior. A melhor prova dessa deficiência é ilustrada pela atuação intensiva do Movimento dos Sem Terra. A especulação fundiária e a economia predominantemente extrativa não assentaram bases sólidas da economia regional, mas sim aproveitaram às grandes empresas forâneas, brasileiras e estrangeiras. O custo ecológico do crescimento econômico é igualmente muito elevado devido à total improvisação das políticas do regime militar e aos reais objetivos escondidos atrás dos declarados.

---

<sup>25</sup> Grupo Executivo de Trabalho Araguaia-Tocantins e Grupo Executivo de trabalho do Baixo Amazonas.

Em 1985, os generais devolvem o poder aos civis após um longo período destinado a controlar a transição política como ilustra, por exemplo, a lei de anistia beneficiando tanto vítimas quanto responsáveis pelas violações de direitos humanos ou como no caso da Amazônia, a adoção secreta e autoritária do projeto Calha Norte (PCN). Esse projeto concebido pelo militarizado Conselho de segurança nacional – liderado pela mais potente força singular, o Exército - traduz a vontade dos quartéis gerais de manter sua ampla margem de manobra. O objetivo anunciado era de intensificar a presença brasileira na calha norte do rio Amazonas, a região menos povoada do Brasil, incluindo, portanto, a implantação de pelotões de fronteira, a colaboração dos ministérios civis pelo envio de funcionários nas fronteiras e a criação de pólos econômicos, idéia fiel à geopolítica militar segundo a qual a segurança é intimamente ligada ao desenvolvimento. Pela primeira vez, surge o conceito de defesa do meio ambiente, são retomadas as metas de serviços sociais junto à população e a intensificação de uma política indigenista. Na realidade, o processo de elaboração e de adoção do projeto confirma o caráter autoritário, típico das forças armadas durante o regime de 1964. O Conselho de segurança nacional criado pelo primeiro governo Vargas tinha uma atuação muito ampliada sobre praticamente todos os campos da política nacional. O poder dessa estrutura foi reforçando-se ao decorrer das décadas, paralelamente à sua militarização crescente, até atingir um clímax nos anos 1980, quando o secretariado geral funcionava de maneira permanente e tomava decisões importantes sem mesmo reunir o conjunto dos membros (incluindo ministérios civis). Durante a ditadura, o Conselho representava junto com o Serviço Nacional de Informação, a pedra angular da chamada comunidade de informação e repressão, prosseguindo, portanto, seu modo autoritário de funcionamento.

Os motivos de geopolítica externa, alegados para justificar o projeto Calha Norte foram a defesa contra eventuais ataques oriundos do Suriname ou da Guiana (ex-inglesa). No que diz respeito ao Suriname, então governado pela junta presidida pelo general Bouterse, contatos já tinham sido estabelecidos pela diplomacia e entre estados-maiores, apaziguando os temores desde 1983; quanto ao segundo, o Itamaraty e as forças armadas agiram também em convergência para atenuar os receios de “perturbações” vindas deste país, mas orquestradas pelo regime cubano ou libiano. Na realidade, as ameaças apresentadas não representavam reais perigos para a soberania brasileira, tratava-se de uma herança da doutrina de segurança nacional preocupada com a formação de grupos de guerrilha na Amazônia. A guerrilha do Araguaia, no início dos anos 1970, foi levada muito a sério pela cúpula militar que mandou milhares de militares liquidar umas dezenas de revolucionários isolados.

No fundo, o PCN serviu para justificar a continuação da predominância do Exército no que diz respeito ao destino da Amazônia. Para uma melhor aceitação do projeto, objetivos de preservação ambiental e de cunho social foram mencionados, no entanto, o projeto, bem que adotado, sofreu da falta de colaboração dos ministérios civis e do orçamento necessários para completa execução.

#### **IV A Amazônia, nova prioridade geopolítica na virada do século.**

Sob a Nova República, o Exército guarda uma margem de manobra política, privilegiando o trabalho de lobby nos bastidores na vida política ao aparecer na vida política através de cargos representativos ou virulentos declarações públicas, à exceção dos militares linhas duras de pijama que não espantam mais a opinião pública. Lembro que as forças armadas passaram por um período difícil após a volta aos quartéis: medíocre orçamento e críticas quanto a violações de direitos humanos durante a ditadura. Destarte, a hierarquia militar começa uma política de tutela de vários chefes de Estado carentes de apoio parlamentar, como foi o caso do governo Sarney e de seus sucessores Collor de Melo e Itamar Franco. Contudo a destituição de Collor, obedeceu ao processo constitucional com a garantia dos ministros militares, prova o legalismo dos militares e uma maior maturidade política da nação após vinte anos de ditadura num país tradicionalmente elitista.

Mas a crise existencial militar se ilustra pelas críticas quanto ao tamanho do Exército e as missões das forças armadas. O sub-emprego, avaliado com felicidade em outros Estados, complica a situação conjuntural dos fardados no Brasil: com efeito, além da Argentina ter se transformado do rival histórico a um parceiro próximo de cooperação, não só econômica, mas também política - em favor da paz e da democracia no continente, à imagem do casal franco-alemão que deu origem à comunidade européia -, a teoria do inimigo interno, legitimando a influência militar em todas as esferas da vida política, virou caduca desde a queda dos regimes comunistas e do fim dos subsídios soviéticos ao regime cubano. Os detratores do Exército só podem aproveitar do novo contexto geopolítico para questionar tamanho e missões das forças armadas. Na mesma época, o Pentágono preconiza uma nova divisão hemisférica das tarefas de segurança: o Exército americano seria mais uma vez encarregado da defesa externa, mantendo a dependência enquanto os Estados latino-americanos deveriam combater o narcotráfico e por conseqüente, diminuir o tamanho de suas forças e a sofisticação dos equipamentos e armamentos.

Os estados maiores brasileiros recusam essa limitação a tarefas policiais, tanto quanto a presença de militares americanos no território nacional como acontece em países vizinhos. Defendendo o aumento dos recursos financeiros e materiais, a cúpula militar alega essa necessidade para um Estado cujo chefe pleiteia a uma vaga permanente no Conselho de segurança da ONU. De forma a reforçar suas reivindicações, as forças armadas precisam designar um inimigo reconhecido por uma opinião pública pouco preocupada com assuntos militares. Se as ameaças para com as fronteiras são admitidas como altamente improváveis pelas altas patentes, as mesmas apontam problemas situados na faixa de fronteira. O novo inimigo não vem mais do “Leste” mas do “Norte”, trata-se das cobiças estrangeiras sobre as riquezas naturais da Amazônia, dissimuladas por trás de preocupações ecológicas ou de proteção das tribos indígenas levantadas por ONG e organizações religiosas. Em nível de Estados, o debate sobre a limitação da soberania nacional em nome da proteção de minorias ou de preservação ambiental alimenta a visão conspiratória dos quartéis gerais,

apesar de não constituir uma ameaça concreta<sup>26</sup>. Destarte, os militares modernizam seu discurso, retomando a bandeira ecológica para justificar sua maior atuação no norte do país. A vulnerabilidade da Amazônia é também apontada em relação ao desenvolvimento das atividades ilegais, contrabando e narcotráfico com suas prováveis ligações com grupos guerrilheiros de Estados vizinhos. Uma vigilância intensificada é, portanto, declarada necessária para garantir a soberania plena sobre todo o território. Os militares conseguiram transmitir a noção de vulnerabilidade à sociedade brasileira, recebendo o apoio de intelectuais ligados ou não a eles. O alastramento das atividades ilícitas se torna, de fato, visível como ilustra a máfia liderada pelo ex-deputado do Acre, Hildebrando Pascoal. As forças armadas declaram, portanto, assumir um papel na garantia do Estado de direito e na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável; a Amazônia volta a identificar o nacionalismo e a preparação profissional dos militares.

### *1) O Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM)*

Nos anos 1990, um novo projeto ambicioso é proposto: o Sistema de vigilância e de proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM). Esse projeto foi comparado ao projeto Calha Norte como sendo mais tecnológico; a realidade é mais complexa. O SIVAM/SIPAM se diferencia do PCN por implicar uma outra visão de controle do território. Com efeito, concebido por brigadeiros no seio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o projeto reflete a concepção de vigilância do território pela Aeronáutica. A força aérea brasileira (FAB) não necessita espalhar batalhões em muitos pontos de país como é o caso do Exército, já que ela goza de um raio de ação bem mais estendido e que a acessibilidade de pontos remotos na Amazônia é facilitada com o uso de hidraviões. A FAB se torna então central na Amazônia, se colocando em concorrência nítida com o Exército, até então predominante na elaboração da doutrina militar e no esquema de segurança nacional. O caráter sigiloso do projeto até o Exército denota as rivalidades entre as forças singulares, sua relação de força na procura de recursos financeiros e materiais, na elaboração da doutrina militar e na atuação na Amazônia, último “reduto” das forças armadas.

Concebido na origem como o quarto Cindacta que faltava para o acompanhamento de ligações aéreas, o SIVAM/SIPAM foi ampliando seu campo de atuação abrangendo dois campos: um militar e policial de vigilância da Amazônia Legal, outro voltado para o desenvolvimento sustentável. O objetivo do projeto é de coordenar as ações empreendidas na Amazônia de modo a otimizá-las graças à cooperação de organizações setoriais, a implantação de infra-estruturas e a utilização de informações. A sofisticação do material revela a importância dada às ciências e tecnologias, enfatizada mais ainda desde a guerra do Golfo. O aspecto material consiste no uso interativo de vários sistemas tecnológicos de controle: vigilância por detecção aérea, radares fixos e móveis e sensoriamento remoto, dados meteorológicos por monitores, detecção e monitoramento de comunicações clandestinas, telecomunicações e radiolocalização. Um centro de coordenação geral em

---

<sup>26</sup> A mobilização de uma força internacional para defender os direitos dos povos indígenas ou conservar o meio ambiente não é plausível a esse respeito se tomarmos em consideração o fracasso da intervenção americana em Somália ou a

Brasília devia ligará centros regionais sediados em Belém, Manaus e Porto Velho e abrigar um banco de dados centralizado, mas o governo recentemente decidiu tornar acessíveis os dados na internet.

Infelizmente o SIVAM se assemelha mais ao PCN pelo seu processo de elaboração e de adoção na continuidade dos projetos militares: o sigilo e o autoritarismo. Adotado pelo Senado sem quorum e às pressas sob o governo de Itamar Franco, o projeto só virou público em 1993. Fernando Henrique Cardoso defendeu o projeto em nome da garantia da credibilidade internacional do Brasil. O vantajoso contrato de 1,4 bilhões de dólares não foi submetido a uma licitação nacional sob pretexto de empresas nacionais poderem ser infiltradas por grupos de narcotraficantes – permitindo, portanto, o questionamento da eficácia da recém-formada Agência brasileira de informações (ABIN) – mas sim a uma licitação internacional, os militares alegando que as embaixadas se comprometiam a guardar sigilosas as informações. Destarte, os chamados inimigos do “Norte” eram justamente os que podiam pretender pleitear o contrato de implantação do sistema. O paradoxo ilustra que as declarações sobre as cobiças internacionais não tinham outra razão a não ser justificar uma profunda influência militar na Amazônia. A semelhança com o PCN pára por aí por causa publicidade feita em torno de inúmeras irregularidades. Com efeito, a revista *IstoÉ* principalmente revelou numerosas irregularidades em relação a *lobbies* de governos no duelo final entre as firmas americana Raytheon, vencedora do contrato, e a francesa Thompson e sobre as irregularidades da Esca, empresa brasileira contemplada para gerar o *software*, “cérebro” do sistema. No que diz respeito ao duelo franco-americano deve-se notar que o contrato não engendrou fortes interesses por si só num contexto pós-guerra-fria de encolhimento mundial de venda de armas e equipamento militar, mas sim também pela experiência que ele trará no monitoramento ambiental, até mesmo ao acesso de informações sobre a Amazônia, segundo as vozes mais desconfiadas. Os interesses em jogo explicam o envolvimento de autoridades americanas na defesa do projeto e o da CIA, denunciado pelo governo francês. A denúncia é mais que plausível uma vez que a famosa agência passou também por uma redefinição de suas missões. Outrora voltada à luta contra o comunismo, a CIA doravante apontava novos inimigos tais como o terrorismo internacional, o tráfico de drogas e a proliferação nuclear. Uma missão suplementar foi atribuída desde o governo Clinton, a defesa dos interesses americanos no mundo, incluindo os interesses econômicos. O presidente Cardoso por sua vez procurou provavelmente agradar a superpotência americana na esperança de conseguir vencer a licitação de aviões da Embraer, em vão (!). Quanto a Esca, as irregularidades relativas à sonegação de taxas devidas à Previdência social, permitiram descobrir que a empresa tinha sido escolhida antecipadamente sem licitação sobre a base de um longo passado comum de trabalho junto à Aeronáutica. Se a empresa teve que ser afastada, o governo e a Aeronáutica conseguiram contornar esse problema com a criação de uma nova empresa, a ATECH, grupando os técnicos qualificados e experimentados da ex-Esca.

É de se observar que as críticas sobre o processo de adoção emanaram da esfera civil, mas igualmente da esfera militar, por exemplo através da pessoa do brigadeiro Álvaro Dutra, ex-sub-chefe

---

dificuldade de se levantar batalhões em vistas a parar guerras civis tais como a da Ruanda, do Kosovo ou do Timor Leste.

do EMFA<sup>27</sup> ou do brigadeiro Hugo Paiva, ex-chefe do Centro técnico aeroespacial (CTA) e coordenador do Programa espacial brasileiro durante quinze anos. O fato de tantas irregularidades serem desvendadas pela imprensa chegou a colocar o SIVAM/SIPAM em perigo. O presidente do Senado, o poderoso Antônio Carlos Magalhães, chegou a considerar o projeto « morto ». Sua reviravolta só se explica pelo jogo de troca com o presidente: seu apoio à adoção do projeto pelo Senado contra o « armazenamento » da escandalosa pasta rosa, envolvendo numerosos homens políticos do PFL nordestino.

Além das irregularidades desvendadas pela imprensa, o sistema de vigilância e proteção da Amazônia sofreu a princípio de críticas quanto ao seu orçamento, seguidas de questionamentos relativos à sua tecnologia. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) propôs um projeto alternativo bem menos oneroso graças à utilização do *know-how* nacional, refutando o argumento segundo o qual a indústria nacional não teria a qualificação técnica e tecnológica de atender as exigências referidas. A proposta nem sequer foi avaliada sob o pretexto do projeto já estar encaminhado, o que se explica pela falta de transparência e o voluntário afastamento das empresas nacionais sob o pretexto das boas condições de financiamento<sup>28</sup>.

sistemas	contrato Raytheon	proposição alternativa		
		total	parte nacional	parte estrangeira
aquisição de dados	625	427	82	345
tratamento e visualização	151	95	75	20
telecomunicações	104	75	15	60
logística	228	110	110	-
integração e outros serviços	170	70	70	-
assist. à navegação aérea <sup>29</sup>	7	7	5	2
obras civis	150	150	150	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.435</b>	<b>934</b>	<b>507</b>	<b>427</b>

Os militares, que anunciavam priorizar o desenvolvimento nacional em ciência e tecnologia, privilegiando a cooperação com firmas estrangeiras quando a transferência de tecnologia de ponta era assegurada, mostram uma atitude ambígua. A decisão de escolher a Raytheon denota que a verdadeira

<sup>27</sup> Estado Maior das Forças Armadas.

<sup>28</sup> O financiamento incluído na proposta da Raytheon é concedido por um conjunto de bancos com prazo de dezoito anos e carência de cinco anos. Dessa forma, o reembolso não representaria uma carga demasiada no orçamento da União.

prioridade dos militares é a satisfação de seus próprios interesses, mesmo que se realize em detrimento dos interesses nacionais<sup>30</sup>. Apesar da perda de credibilidade do projeto SIVAM/SIPAM junto à opinião pública, o presidente Fernando Henrique defendeu o contrato da Raytheon em nome da credibilidade internacional do Brasil, mas também visando obter amparo do governo americano na candidatura brasileira a uma vaga permanente no Conselho de segurança das Nações Unidas.

## 2) *A nova política de defesa nacional*

Em 1998, pela voz do chefe da Casa Militar, o general Alberto Cardoso, o Estado apresenta a nova política de defesa. O anúncio pelo general Cardoso denota a vontade de apresentar este projeto como uma decisão conjunta da presidência, do governo e das forças armadas, implicando, portanto, um processo mais democrático. A política de defesa abrange dois campos principais, o combate ao narcotráfico e a transferência de brigadas atualmente no Sul e Sudeste para a Amazônia, incluindo a criação de batalhões de selva, adaptados ao combate no meio ambiente regional. A nova política retoma, contudo, antigas idéias geopolíticas dos militares por preconizar uma política de ocupação da região.

A transferência de tropas na Amazônia responde à preocupação de equilibrar a organização geográfica do Exército uma vez que a ameaça Argentina tornou-se altamente improvável graças ao clima de cooperação – inclusive militar – entre os dois antigos rivais. Mas um povoamento mais denso e equilibrado dentro da região Norte e uma maior exploração econômica devem facilitar a missão de vigilância das forças armadas. A idéia já foi avançada pelo general Lucena a respeito da revitalização e ampliação do projeto Calha Norte, recebeu o amparo de deputados da região e reflete uma teoria presente na geopolítica militar desde seu princípio. Nessa ótica, são planejados na nova política de defesa vários sub-projetos econômicos. A questão de saber se esses sub-projetos vão ter efeitos sociais, políticos e ambientais positivos, talvez não seja prioritária à luz da falta de combatividade do presidente Cardoso, devido à aliança atada com o PFL. O exemplo do imenso incêndio ocorrido no Roraima, em 1998, traduz os efeitos negativos das políticas empreendidas pelo regime militar e a dificuldade de se aplicar uma política de desenvolvimento sustentável. O chefe de Estado insiste em identificar a Amazônia como válvula de escape das tensões sociais de outras regiões, como ilustra a localização nessa região da maioria dos lotes distribuídos no âmbito da dita atual reforma agrária, na realidade evitando uma verdadeira reforma que sancionasse os latifúndios improdutivos, adquiridos muitas vezes por processos duvidosos e violentos (grilagem de terras, ameaças aos pequenos camponeses por milícias privadas).

A bandeira do desenvolvimento sustentável é retomada na política de defesa, alicerçada numa intensificação da presença brasileira e no declarado respeito os limites das reservas indígenas. Os

---

<sup>29</sup> assistência à navegação aérea.

<sup>30</sup> Na mesma linha de pensamento, Ítalo Tronca demonstrou que durante a segunda guerra mundial, os estados-maiores só apoiaram o acordo de construção de uma usina siderúrgica pelos americanos uma vez o abastecimento em armamento garantido. in FAUSTO, 1978.

estados-maiores criam laços com ONGs, organizações religiosas e comunidades indígenas e a consideração dos antigos inimigos como parceiros no planejamento do território amazônico permite às forças armadas uma melhor aceitação de sua atuação na Amazônia Legal.

A questão do combate ao narcotráfico é anunciada em nome da globalização do fenômeno. Os generais se pronunciam geralmente contra essa missão pela sua natureza policial, já bastante criticada a respeito das funções das forças armadas durante o regime militar, apesar de ter se tratado na época de polícia política. Outro motivo da reticência da cúpula do Exército a se envolver nessa frente reside no receio do contato dos soldados com os narcotraficantes “contaminar” a tropa, como já o provou a apreensão de um avião da FAB transportando cocaína. A hierarquia salienta, portanto, que a mobilização só se realizará a pedido da Polícia Federal e sob forma logística. O governo, por sua parte, justifica a perspectiva pelos laços que grupos de narcotráfico estabelecem com guerrilhas, induzindo perigo para a manutenção do Estado de direito. Poucos incidentes aconteceram na fronteira amazônica, mas eles são seriamente levados em consideração pelas autoridades. O governo federal dedicou um orçamento especial de 500 milhões de reais à Polícia Federal para um plano de combate ao tráfico de drogas; o Pro- Amazônia prevê a implantação e a ligação de cinquenta e três unidades operacionais da PF nas fronteiras com o Peru e a Venezuela e a Receita Federal deve completar o dispositivo, investigando o embranquecimento de dinheiro graças à flexibilização do sigilo bancário. Embora essa missão sendo realmente de natureza policial, a adoção de um orçamento específico para a PF se explica também pela rivalidade e a divergência entre essa organização e as forças armadas quanto ao processo organizacional desse combate<sup>31</sup>.

Embora as autoridades civis e militares neguem a suposição, a eventual mobilização militar na luta contra o tráfico de droga responde a uma demanda exterior. O Pentágono designou novos inimigos no contexto pós-guerra fria, dentre eles, o narcotráfico. As forças armadas latino-americanas foram então convidadas a reduzir seus efetivos e a se dedicar a essa nova luta. O general Cardoso recusa a influência americana e justifica a decisão pela globalização do fenômeno. Contudo, a participação militar na operação Mandacaru<sup>32</sup> e a mobilização prevista na nova política de defesa nacional podem fazer pensar que as declarações do secretário americano da defesa não deixam de pesar. O que o recente Plano Colômbia tende a confirmar é a preocupação americana para com os grupos de guerrilha, especialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atuando há uns trinta anos e controlando um terço do território colombiano. A amplitude da reação brasileira a uma incursão das FARC, em setembro 1998, visava a demonstrar a determinação brasileira em impedir a guerrilha em se servir do território brasileiro como refúgio, mas ela servia também os interesses americanos, evitando ao Exército *yankee* o envio de tropas do lado ocidental da fronteira.

---

<sup>31</sup> A divergência foi explícita na operação Mandacaru, ação contra as plantações de maconha em Pernambuco. Um general neófito liderou o combate ao narcotráfico, gastando 7,5 milhões de reais na dita operação, quando a PF pedia 200.000 reais para uma ação mais eficiente e discreta.

<sup>32</sup> cf. nota 30.

Na mente dos militares e da bancada amazônica, o projeto Calha Norte e o SIVAM/SIPAM se complementam. Esta afirmativa é fundada na medida que o sistema de vigilância não é capaz, em si de neutralizar as atividades ilícitas; ele tem por intuito facilitar as ações de controle pela localização dos fluxos clandestinos e a coordenação das ações, mas implica um seguimento operacional no campo. Para os militares, os dois projetos se complementam uma vez que a atribuição de recursos é garantida para cada qual. Dirigindo o SIVAM/SIPAM, a Aeronáutica ocupa um papel central no dispositivo militar da Amazônia, mas visto a amplitude da nova política de defesa, o Exército mantém um papel crucial nas missões militares e na concepção de objetivos.

## **Conclusão:**

Alguns anos após a volta dos fardados aos quartéis, o governo Fernando Henrique Cardoso controla melhor as tropas do que seus antecessores. Essa situação se deu ao preço da página da ditadura ter sido virada definitivamente, ao contrário dos outros países do cone sul, onde a repressão foi certamente bem mais aguda. Na democracia, as forças armadas provaram seu legalismo, tanto na destituição do presidente Collor como na criação do ministério único da defesa. Não se receia mais golpe de Estado no Brasil. No entanto, as três forças singulares voltam a pensar geopoliticamente e a procuram defender sua situação, medíocre em relação aos anos do regime militar, propondo projetos nos quais a Amazônia ocupa um lugar de destaque. Graças à pacificação da fronteira Argentina, as atenções podem se voltar para a região menos desenvolvida do país e que chama mais atenções estrangeiras por seu fantástico potencial econômico e científico. Essa região, que simbolizou o desenvolvimento e a integração nacional nos anos 1970, se tornou símbolo de nacionalismo e de preparação militar nos dias de hoje, como ilustram os dois últimos grandes projetos sobre a Amazônia, o SIVAM/SIPAM e a nova política de defesa. Eles traduzem o reforço da atenção militar sobre a região Norte, mas também as divisões internas às forças armadas na procura de verbas para sua modernização.

A mobilização das forças armadas no combate ao tráfico de droga responde em parte ao desejo das autoridades americanas dos Exércitos latino-americanos se envolverem nessa tarefa de natureza policial. As autoridades brasileiras recusam de se submeter à vontade americana, afrontamento também ilustrado no campo econômico e político na oposição entre o projeto de zona da livre comércio defendida pelo governo Clinton e a consolidação (e ampliação) prévia do Mercosul - grupo econômico, mas também político - antes de qualquer tomada de decisão a esse respeito. Temendo uma perda de soberania efetiva sobre o território, os chefes militares recusam qualquer intervenção militar americana no Brasil – mesmo que exista uma cooperação policial nessa área. A recente reação

dos generais do Exército ao plano Colômbia confirma essa percepção. As autoridades americanas procuram enfraquecer a unidade sul-americana, como o ilustra, por exemplo, a designação da Argentina como o novo “satélite privilegiado” da nação americana no continente ou a suspensão do embargo de armas sofisticadas para toda a América latina.

Com a incorporação do objetivo de desenvolvimento sustentável, o governo procura mostrar sua seriedade nesse campo, se distanciando do modo predatório das políticas públicas da ditadura. No entanto, pode se questionar a validade de tal tema defendido em projetos concebidos em esferas militarizadas e a real vontade política de se aplicar tais conceitos na prática. Não seria mais condizente possibilitar a fiscalização do que acontece na Amazônia com meios concretos de sanção e realmente associar a sociedade civil na elaboração de políticas verdadeiramente sustentáveis? Os países do primeiro mundo estariam tranqüilizados se as demarcações de terras indígenas fossem efetivamente garantidas em vez de considerar os garimpeiros como os bandeirantes dos tempos atuais ou se os conflitos de terra entre pequenos camponeses e latifundiários não fossem resolvidos de maneira violenta em favor dos segundos que praticam uma exploração predatória do meio ambiente.

O chefe de Estado procura consolidar o peso geopolítico do Brasil, peça crucial para a frágil estabilidade política do continente sul-americano, se amparando inclusive sobre sua forças armadas e se referindo sempre aos grandes objetivos que ele traçou para o país e o continente: a paz, a democracia e o desenvolvimento econômico e social. No entanto, se os militares se garantem guardiões da soberania, da unidade territorial e da integridade do Estado, eles pouco podem diante o agravamento das desigualdades entre cidadãos, negativas no âmbito de um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, citando José Genoíno, especialista do PT nos assuntos militares, a sociedade brasileira, pelo intermediário de seus representantes políticos, deve abrir realmente o debate sobre as forças armadas em vistas a acertar o que ela espera de seu braço armado, a melhor maneira de evitar a politização do mesmo.

## Referências

- ALLEN, K., “Calha Norte : military development in Brazilian Amazon”. In *Latin American Studies – occasional paper n°2*, Glasgow, 1990.
- AUBERTIN, C., *Fronteiras*. Brasília: UnB, 1988.
- BECKER, B., *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, B., *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B., EGLER, C., *Brasil, uma nova potência na economia-mundo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BECKER, B., “Geopolítica e gestão do território no limiar do século XXI”. In *Revista brasileira de geografia*, v. 53 n. 3, jul-set 1991.
- CAVAGNARI, P., “Introdução à estratégia brasileira”. In *Política e estratégia*, v. 8 n. 2-4, São Paulo, abr-dez 1990.
- CAVAGNARI, P., “Estratégia e defesa” In *Premissas*, cad. 7, Unicamp, Campinas, ag 1994.
- COSTA, E., *o Projeto Calha Norte : antecedentes políticos*, tese de mestrado sob orientação do prof. B. Araújo, São Paulo, 1994.
- CASTRO, C., *A identidade social dos militares no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1994.
- COMBLIN, P., *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
- COUTO E SILVA, G., *Conjuntura política nacional. Poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- FAORO, *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1973.
- FAUSTO, In HOLLANDA, S. , *História geral da civilização brasileira*, Difel, 1978.
- KAMPANN, *Pouvoir militaire, société civile au Brésil*, Université de Toulouse I, 1991.
- LENA, P., OLIVEIRA, M. A., *Amazônia, a fronteira agrícola vinte anos depois*. Belém: MPEG, 1991.
- MEIRA MATTOS, C., *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- MEIRA MATTOS, C., *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MIYAMOTO, S., “O Conselho de segurança nacional e a política brasileira” In *Tempo e presença*, São Paulo, 1987.
- MIYAMOTO, S., “Amazônia, militares e fronteiras”, In *Antropologia e indigenismo*. São Paulo, 1990.
- MORAES in OLIVEIRA, *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.
- OLIVEIRA, E., *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, P., *Criação do Ministério de Defesa como fator de racionalização da estrutura organizacional*. Rio de Janeiro: ECEME, 1994.

SCHULTZ, J., *O Exército na política – Origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

STEPAN, S. , *The military in politics. Changing patterns in Brazil*. Princetown University Press, 1971.

VLACH, V., *La formation d'un grand Etat et la construction de l'unité nationale du Brésil*, tese de doutorado sob a orientação do prof. Y. Lacoste, Paris, 1997.